

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

ALEHANDRA DE FARIA CAMPELO

PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO E O CENTRO HISTÓRICO
DA CIDADE DE GOIÁS

GOIÁS – GO

2021

ALEHANDRA DE FARIA CAMPELO

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO E O CENTRO HISTÓRICO
DA CIDADE DE GOIÁS**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador(a): Prof^ª. Dra. Keley Cristina Carneiro.

GOIÁS – GO

2021



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome

completo ALEHANDRA DE FARIA CAMPELO

Email alehandra.campelo@hotmail.com

Dados do trabalho

Título: PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO E O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS.

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa PROMEP

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 06 de dezembro de 2021.

Alehandra de F. Campelo

Keley Cristina Carneiro

Keley Cristina Carneiro

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C193p Campelo, Alehandra de Faria.
Processo de gentrificação e o centro histórico da
Cidade de Goiás [manuscrito] / Alehandra de Faria
Campelo. – Goiás, GO, 2021.
83f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Keley Cristina Carneiro.
Relatório Técnico (Mestrado em Estudos
Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora
Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Patrimônio histórico - Cidade de Goiás.
1.1. Gentrificação - urbanização. 1.1.1. Habitação.
1.2. Memória. I. Título. II. Universidade Estadual de
Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 711.4(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

ALEHANDRA DE FARIA CAMPELO

**PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO E O CENTRO HISTÓRICO
DA CIDADE DE GOIÁS**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Exame de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em 25 de agosto de 2021, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr^a. Keley Cristina Carneiro (Orientadora)- UEG

Prof. Dr^a. Maria Luisa Gomes Adorno – Arquiteta/UEG

Prof. Dr. Clóvis Carvalho Britto - UNB

Prof. Dra. Raquel Miranda Barbosa – suplente - UEG

Goiás, 25 de agosto de 2021.

*“Os restos das coisas
Sempre parecem mais
Do que foram.
Há um mistério no que “não é”...
[...]Os “porquês”...
O “pode ser”...
Há verdades escondidas
Ou inventadas.
O passado espreita
Nos vazios carcomidos
E tudo pode ser
O que quiser.[...]*

Chacrinha dos Pretos

AGRADECIMENTOS

A todos que se fizeram presentes de alguma forma nessa caminhada, em especial à professora Keley Cristina Carneiro, pelas orientações, indagações e ajuda.

À minha família, que sempre se manteve firme servindo como ponto de apoio em todos os momentos e passos da minha vida: minha mãe, Marly, meu pai, Antonio, meus irmãos Álvaro Antonio e Fernanda e meu esposo Gabriel.

Agradecimento especial ao meu primo Marcos Vinícius, que me estimulou a entrar neste programa de mestrado, me ajudou, me apoiou e permaneceu comigo durante toda a caminhada. Obrigada por me incentivar e pela constante atenção.

Aos colegas de mestrado, que sempre estiveram presentes na trocar informações e conhecimentos, contribuindo com a pesquisa de cada um.

A minha prima Natália, por se dispor a me ajudar nas traduções e nas possíveis correções deste relatório.

A dona Fátima, do Arquivo Frei Simão Dorvi, que, com sua simpatia e empatia, ajudou bastante nas pesquisas.

A tia Ritinha Veiga, que foi bem solícita na entrevista, com seu conhecimento e afetividade relacionados à Rua do Carmo.

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado PROMEP, que contribuíram com suas reflexões, discussões e conhecimentos em sala de aula. Sem essa base, pouco teria sido construído nesta pesquisa.

A todos que aceitaram fazer parte da banca para minha defesa.

E obrigada à Prof. Dr^a. Keley e à prof. Dr^a Gislaine Tedesco por demonstrarem empolgação com o meu tema tanto quanto eu tive. Saibam que foi de grande importância.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1 - Cidade de Goiás	24
Figura 2 - Perímetro urbano da Cidade de Goiás	25
Figura 3 - Vista de Vila Boa de Goiás no Séc. XIX.	26
Figura 4 - Logradouros e edifícios tombados na Cidade de Goiás até 1951	30
Figura 5 - Ampliação do tombamento da Cidade de Goiás realizado em 1978.	31
Figura 6 - Análise dos elementos da arquitetura da Igreja do Rosário dos Pretos (1733) e da atual Igreja do Rosário (2018).	33
Figura 7 - Imagem cartográfica- reconhecimento do entorno.	35
Figura 8 - Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás: delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno.	37
Figura 9 - Pessoas próximas ao Cine Teatro São Joaquim na Cidade de Goiás, durante o XIX FICA.	40
Figura 10 - Demarcação do polígono e das ruas que foram escolhidas para a pesquisa de campo.	45
Figura 11 - Estrutura urbana dos espaços de poder e o Polígono de Pesquisa.	47
Figura 12 - Mapa de Equipamentos Urbanos- 1999 e delimitação do perímetro de estudo dessa pesquisa.	48
Figura 13 - Mapa de Equipamentos Urbanos- 2021.	49
Figura 14 - Domicílios particulares permanentes não ocupados.	51
Figura 15 - Mapa de Imóveis Fechados no Polígono de estudo- 2021.	52
Figura 16 - Mapa de Estado de Conservação das edificações.	55
Figura 17 - Casa n°46- Praça Dr. Brasil Ramos Caiado.	57
Figura 18 - Casa n°6- Praça Dr. Brasil Ramos Caiado.	57
Figura 19 - Logo dos Softwares de Banco de Dados: ArcGIS e MSAccess.	60
Figura 20 - Arquitetura de um Sistema de Informações Geográficas.	60
Figura 21 - Janela aberta do Software ArcGIS com o projeto dessa pesquisa.	62
Figura 22- Representação de um sistema de banco de dados.	63
Figura 23- Janela do aplicativo criado no MSAccess para inserir dados da pesquisa.	64
Quadro 1 - Etapas da pesquisa.	17
Quadro 2 - Diagrama da trajetória histórica da Cidade de Goiás.	24
Quadro 3 - Diagrama de etapas de pesquisa.	44
Quadro 4 - Quantitativo de imóveis e seus usos.	50

RESUMO

Este relatório é resultado da pesquisa de mestrado do PROMEP - UEG. Tem como linha de pesquisa a Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio, e como tema, o processo urbano de gentrificação e a Cidade de Goiás. O objetivo principal é analisar a situação atual do centro histórico da Cidade de Goiás, perceber se o fenômeno de gentrificação está presente nessa espacialidade como em outros centros históricos, levando em consideração principalmente o vazio habitacional visível nesse tecido urbano. A gentrificação é uma estratégia política e econômica de renovação urbana com foco no desenvolvimento de áreas centrais, inclusive de centros históricos, que geram várias consequências, principalmente no âmbito social. As edificações residenciais se tornaram objeto de pesquisa em campo deste relatório, no qual foram contabilizadas todas aquelas que se encontram fechadas/inabitadas no recorte espacial escolhido, analisando também a situação física de cada uma. Inicialmente, há um estudo bibliográfico referente às temáticas abordadas, para então trazer os resultados do levantamento em campo com as devidas análises. Esses dados resultaram nos dois produtos finais: Banco de Dados no ArcGIS Map e um Banco de Dados no MSAccess, que gerou um formulário intitulado como Ficha Técnica dos Imóveis Fechados/Inabitados no Centro Histórico de Goiás.

Palavras-chave: Cidade de Goiás, Gentrificação, Habitação, Memória.

ABSTRACT

This present report is the final result of the research for a PROMEP - UEG master thesis. The research line followed was the Wealth Heritage's Education and Management, having as theme: the urban process of gentrification relational to Cidade de Goiás. The main goal of the research was to analyze the nowday's downtown historical city situation, by checking if the gentrification phenomenon is in progress in that specific area as has been reported in other identical historical places from other cities; mostly considering the visible no occupancy habitations in that part of the town. Gentrification is a political and economic strategy of urban renovation focusing on the central areas of a city, specially in historical centres. This strategy brings a lot of consequences, specially crucial social issues. Great part of this report is based in not occupied buildings, empty or closed places located in the historical centre. All of them had the estructural state analyzed. The first act to the research was to check carefully the available bibliography about the aprouched themes. After that, the field survey started. At the end, accumulated data resulted in two important productions that could lead researches, authorities and principally the people to use, be aware, think about and act: an ArcGIS databank and a MSAccess databank. Both generated a form entitled Technical File of The Closed/Uninhabited Properties from The Cidade de Goiás Historical Centre.

Keywords: Goiás City, Gentrification, Habitation, Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO E O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS	18
1.1 O Centro Histórico da Cidade de Goiás	23
1.1 Levantamento de dados: casas desabitadas no centro histórico	41
1.2 Os resultados alcançados	47
2. PROPOSTA DO PRODUTO	58
2.1 Os bancos de dados	60
2.2 Público alvo	65
2.3 O impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural	66
3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS	69
3.1 Manual de uso	70
3.2 Proposta de aplicação na comunidade participante	71
3.3 Devolutiva para a comunidade	71
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE	81

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como tema: Gestão de Patrimônio Urbanístico em centro histórico patrimônio mundial, e tem como interesse o processo urbano de gentrificação e o centro histórico da Cidade de Goiás-GO. Esse tipo de processo envolve não somente a renovação de áreas centrais urbanas, mas também uma renovação social, interferindo na materialidade do espaço e até mesmo na identidade local, sendo de responsabilidade principalmente da gestão pública e privada.

Hoje existem vários estudos e pesquisas voltados para a análise desse processo em centros históricos de diversas cidades mundiais. Por ser um termo que tem uma plasticidade muito grande em seu significado, e analisando a situação atual (urbana e social) do centro histórico da Cidade de Goiás, questiona-se então, nesta pesquisa, a possibilidade da existência do processo de gentrificação neste centro.

A gentrificação, ou *Gentrification*, é um termo utilizado inicialmente por Ruth Glass na obra *London: aspects of change* (1964) ao analisar as mudanças na organização espacial da cidade de Londres, onde aconteceu a elitização de áreas industriais e a expulsão da classe operária local. Para Glass, a gentrificação é definida como “(I) um processo de desalojamento de residentes pertencentes ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais alta e (II) um processo de reabilitação física dessas áreas” (RIBEIRO, 2018, p. 1339). Ou seja, há uma recuperação das áreas centrais urbanas antes abandonadas em busca de introduzi-las novamente no contexto econômico local e, conforme Paes (2017, p. 669) disse, “foi, aos poucos, replicado na escala mundial entre países pobres e ricos, do Norte e do Sul, em cidades grandes e pequenas [...]”.

Desde então, aconteceram muitas flexibilizações do termo, que passou a ser utilizado para explicar diversas fases urbanas no quesito socioespacial e econômico, principalmente de requalificação, acumulando um “grande plexo de significados, aplicações, além de uma indiscutível complexidade teórica e empírica” (RIBEIRO, 2018, p. 1335).

Assim como Glass (1964), outros autores, logo após, também estudaram e conceituaram o termo gentrificação conforme análises feitas em centros urbanos distintos, sendo conhecida como gentrificação clássica. Dentre os principais, temos Neil Smith (1979, 2006) e Sharon Zukin (2000). Segundo Rangel (2015), Smith (2006) defendia que o processo de gentrificação não envolve apenas mudança social, mas também física de habitação local

juntamente com uma higienização social, reabilitando o ambiente para as classes mais abastadas. Isso aumentaria o custo de vida nesse centro.

Já Zukin (2000) teoriza *gentrification* em cima do conceito de paisagem, fazendo uma análise simbólica do termo em que a paisagem é sempre socialmente construída, ou seja, estamos diante da construção do discurso da cidade como imagem, cenário, na busca da *city marketing*, cidade como mercadoria (RANGEL, 2015 e BOTELHO, 2005).

A paisagem impõe uma visão estética e também uma intenção, um poder. É uma ordem socioespacial que toma forma como arranjo concreto e simbólico. A paisagem pode ser vista como símbolo do capitalismo (Jameson, 1996) ou como capital do simbolismo (Zukin, 2000), campo de disputas e mediações econômicas, políticas e culturais (PAES, 2017, p. 669).

A partir de 1990, o cenário de aplicação do termo mudou um pouco com relação às aplicações iniciais, e a gentrificação, segundo Smith (2006), tornou-se uma política urbana, um “novo urbanismo”. Neste caso, inúmeros países, inclusive o Brasil, iniciaram o que chamam de política de revitalização/requalificação urbana, que são termos que “[...] de acordo com o mesmo autor e Bidou-Zachariassen (2006), servem para neutralizar as críticas aos fenômenos de gentrificação e tentar torná-los mais aceitáveis [...]” (RANGEL, 2015, p. 40), com o objetivo de atrair fluxo de capital, valorizar os imóveis dessas áreas centrais, inserindo-a no mercado global, mascarando que este seria um processo democrático, para todos, o que não acontece de fato.

Pode-se dizer, como contextualização inicial, que a gentrificação engloba os seguintes processos socioespaciais:

[...] a inversão privada de capital para a criação de novos espaços destinados ao comércio, aos serviços e às moradias; a atração de grupos sociais de alto poder aquisitivo; a expulsão ou a remoção de grupos sociais populares; a especulação imobiliária e o aumento do preço do solo; a expansão do consumo cultural; a dissolução e a recriação de traços identitários associados ao lugar; a gentrificação simbólica (Martí-Costa; Dúran; Marulanda, 2016, p. 131) do patrimônio cultural; às políticas e os mecanismos de facilitação dos investidores privados; à atividade turística como estratégia econômica e competitiva entre as cidades (PAES, 2017, p. 668).

Desta maneira, o centro histórico acaba sendo afetado por esse processo urbano também. Para melhor compreensão, vale ressaltar que há uma diferença quando denominamos um espaço como centro urbano ou centro histórico. Ambos se referem a uma área importante da cidade, muitas vezes um centro funcional, um espaço com atividades diversas centralizadas, mas no caso de centro histórico trata-se da área mais antiga de determinada cidade, tradicional, carregada de memória e com grande potencial econômico cultural (IGOT). A abordagem e a orientação da gentrificação nos centros históricos, especificamente, acontecem de maneira um

pouco diferente dos demais, dos centros urbanos mais recentes. Porém, as consequências são tão grandes quanto. Segundo Silva *et al* (2008), as políticas de preservação dos centros históricos brasileiros defendem a permanência de grupos e culturas locais, porém, na prática, se assemelham ao processo de gentrificação ao gerar problemas sociais entre esses grupos, ao inserir o consumo cultural e turístico, elitizar e criar paisagens de poder em detrimento do vernacular.

[...] os processos de gentrificação, na prática, acirram problemas sociais por inserirem nesses espaços o consumismo da cultura, criando paisagens de poder em detrimento do vernacular, o que ocasiona o déficit de moradia e o alijamento dos moradores para outros lugares (SILVA *et al*, 2008, p. 37).

Tamaso (2007, p. 14) também traz uma visão sobre categorizar um espaço como patrimônio. Segundo a mesma isso pode trazer benefícios e também danos a alguns grupos sociais, porque o reconhecimento do valor arquitetônico e histórico de determinado espaço já “desencadeou, em muitos casos, o processo de *gentrification*” ao transformá-los em setores de investimentos públicos e privados em busca de maior fluxo de turismo cultural e patrimonial, afastando ou expulsando alguns grupos sociais, até mesmo aqueles detentores de identidade.

Hoje muitos pesquisadores científicos, como Ribeiro (2018) e Silva *et al* (2008), já estudaram e analisaram o processo/renovação/requalificação urbana realizado no centro histórico de Salvador-Bahia, de Recife-Pernambuco e até mesmo de São Luís- Maranhão. São locais hoje reconhecidos como possíveis centros gentrificados, já que houve alteração na composição espacial urbana desses locais, social e economicamente falando, focando principalmente no desenvolvimento turístico e na atração de classes sociais mais abastadas.

A partir dessas contribuições (M.PACIONE, 1990, PELLEGRINO, 2007) é possível identificar no Brasil vários centros que se utilizaram de políticas de revitalização e desdobraram-se em processos de gentrificação. Tal fato propiciou problemas de moradia por gerar o deslocamento da população residente para outras áreas da cidade (SILVA *et al*, 2008, p. 87).

No caso do objeto de pesquisa deste relatório, há uma mudança perceptível (para qualquer um que seja no mínimo observador) no quesito “habitar” o centro histórico de Goiás, principalmente pós titulação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de Patrimônio Cultural da Humanidade - hoje chamado de Patrimônio Cultural Mundial ou Patrimônio Mundial- que é uma condecoração a uma região ou área considerada pela comunidade científica como excepcional e de universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Ao mesmo tempo em que essa titulação traz benefícios, inversamente pode gerar conflitos sociais e problemas em várias estâncias. Segundo Gomide (2007, p. 175),

Com a obtenção do título de Patrimônio Histórico e Cultural em 2001, concedido pela UNESCO, o investimento de verbas públicas e iniciativas privadas para a revitalização do centro histórico da cidade se intensificou, transformando fisicamente o espaço urbano.

São transformações de certa forma positivas, já que renovam, requalificam muitos imóveis e o espaço urbano em si. Porém, essa alteração urbana, social e habitacional tem resultado em problemas tanto no quesito físico das edificações, que precisam ser preservadas, quanto na conservação da memória e identidade existentes, por haver visivelmente um vazio (no sentido de vivência habitacional diária) desse centro.

A cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás, surgiu com a mineração do ouro no século XVIII. Foi sede político-administrativa até 1930, quando perdeu seu título para a nova capital, Goiânia. Trata-se de uma cidade-patrimônio com uma arquitetura colonial, no geral, bem preservada, com um cenário de beleza natural singular e uma história estruturada com grande acervo cultural, que se desenvolveu com uma população bem heterogênea, abrigando uma grande diversidade humana, e por isso com memórias e identidades de diversos grupos (TEDESCO, 2009).

Teve seu primeiro processo de patrimonialização pelo então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Nacional) em 1950, o que foi ampliado a partir de 1978. Os critérios e procedimentos para intervenção nas áreas tombadas e a definição da área de entorno do bem tombado aconteceu com a Portaria Regional nº 001 de 22 de abril de 1993. Em 1996, a Lei n. 206 estabeleceu a política urbana, o perímetro, a preservação do patrimônio histórico e patrimônio natural, a locação das atividades e o parcelamento do solo. Hoje a cidade é conhecida por possuir o maior conjunto arquitetônico e urbanístico tombado no âmbito federal no estado de Goiás (OLIVEIRA, 2014, p. 38; DOSSIÊ DE GOIÁS, 1999).

As mudanças urbanas e populacionais aconteceram no decorrer dos anos, desde seu surgimento. Vários foram os momentos em que a cidade se viu perdendo parte de sua população ou a dispersão da mesma pela criação de novos bairros, mudanças urbanas e segregação socioespacial. Alguns dos principais momentos foram a transferência da capital do Estado para Goiânia e a titulação em 2001 como Patrimônio Cultural Mundial, ações que estão indiretamente ligadas, conforme está explicado no decorrer do relatório, e que afetaram econômica, urbanística e socialmente a cidade, principalmente o centro, cada um com suas particularidades.

Como ponto até mesmo considerado positivo dessa transferência, têm-se o fato de que foi possível manter preservado o centro histórico da cidade, já que uma das consequências foi o retardamento da expansão urbana e da modernização local. Ponto que foi, posteriormente,

utilizado como meio de recuperação da valorização como cidade histórica, cidade de memória e de prestígio.

A transferência da capital de Goiás, considerada negativa no momento em que ocorreu, transformou-se, posteriormente, num fator positivo que pode contribuir para o desenvolvimento turístico local. [...] Entende-se que este relativo isolamento permitiu que o patrimônio edificado fosse preservado. (TEIXEIRA *et al*, 2012, p. 28)

Esse sentimento de preservação e de memória fez com que grupos sociais dominantes se apropriassem da herança cultural da cidade e começassem a desenvolver o que Delgado (2005, p. 114) chamou de “invenção da cidade patrimônio”, destacando o trabalho de produção e a imposição de uma memória coletiva, mas ao mesmo tempo seletiva, pois selecionavam o que e quais bens mereciam ser conservados e expostos.

A busca de firmar a cidade como local de memória do povo goiano resultou no título da UNESCO em 2001. Diferentemente do que foi discursado e divulgado, a UNESCO reconheceu o centro histórico da Cidade de Goiás (não a Cidade de Goiás em toda a sua extensão) como patrimônio que merece ser preservado em nível mundial. Esse discurso tinha como intenção reunir a população vilaboense a favor dessa luta pela titulação sem deixar claro que o que estava sendo colocado como patrimônio mundial era apenas a parcela urbana que é patrimônio, e não a cidade. Ou seja, foi valorizado, destacado e reconhecido apenas o centro histórico, sendo este a receber as principais ações das políticas públicas, muitas vezes ações isoladas que não envolvem o entorno e a periferia. Contradições à parte, assim pode-se considerar, porque desvincular o centro do restante da cidade apenas resulta em uma maior segregação.

Gestores do patrimônio, gestores municipais e especuladores imobiliários passaram a agir em cima do centro histórico com maior frequência após essa titulação. Há a fiscalização dos imóveis por parte dos gestores do patrimônio, com o objetivo de manter preservado e conservado o centro histórico. Enquanto isso os gestores municipais e grupos dominantes buscam maneiras de desenvolver economicamente as atividades culturais através do turismo, e juntamente entram os especuladores imobiliários buscando a elitização desses locais para valorizar mais ainda os imóveis e os terrenos. Essas são ações típicas do processo de gentrificação, conforme visto anteriormente.

Os laços sociais existentes nesses lugares tornam-se valores irrelevantes se comparados ao poder econômico e político que entra em cena, quando os lugares transformam-se em patrimônios. Além disso, muito embora constituam “patrimônios” nacionais ou mundiais, e isso remeta à propriedade cultural coletiva e global, o patrimônio é quase sempre acionado pelas elites,

que frequentemente, inclina-o para fins específicos e nem sempre democráticos (TAMASO, 2007, p. 14).

Apesar do foco ser o centro histórico, Lucas (2021) deixa claro com seu estudo que a especulação imobiliária e os gestores também agiram fora dessa área (com interesses diversos) já que houveram ações para desenvolver/crescer também as áreas periféricas e criar novas centralidades, fato que veio alterando o perímetro urbano e conseqüentemente a densidade demográfica da cidade, principalmente no centro histórico, onde o vazio passou a ser mais visível.

Mas o que induziu o crescimento do espaço urbano da cidade de Goiás, à medida que sua população urbana diminuía?

A resposta óbvia a essa pergunta é um fenômeno comum nas cidades brasileiras: a especulação imobiliária, que está presente em diversas medidas em cidades pequenas, médias e grandes. A lógica na cidade de Goiás não é diferente. Mas o objetivo aqui é entender como programas e linhas de financiamento federais ou estaduais em sua implementação determinaram a produção do espaço urbano, precisamos entender como esses empreendedores se articularam às políticas e programas para aumentar seus ganhos (LUCAS, 2021, p. 6).

Neste contexto há a possibilidade de uma exclusão/seleção e até mesmo um afastamento de parte da população ao pensarmos nas conseqüências de uma possível gentrificação. E há também a dispersão populacional para a periferia, que vem crescendo desenfreadamente, sem um controle de gestão eficaz (LUCAS, 2021).

Quando se pensa no processo em estudo, dá para relacionar esse afastamento populacional até mesmo ao fato de alguns evitarem ter que lidar com os gestores do patrimônio no que tange à conservação e manutenção dos imóveis históricos. Outros não se sentem pertencentes ao centro, principalmente moradores da periferia, muito menos parte da memória privilegiada que é contada, considerando o grau de complexidade que um patrimônio pode ter diante de diferentes grupos sociais (LEITE, 2010). Alguns ainda são expulsos (indiretamente) por serem de classes sociais menos favorecidas, sem condição de arcar com o peso de uma edificação histórica pertencente a uma cidade mundialmente reconhecida, considerando os altos custos dos imóveis, e aqueles que não conseguem conviver com a espetacularização cultural recorrente, inserida pelos gestores.

Gomide (2007) relata entrevistas com moradores da periferia da cidade de Goiás que se sentiam deslocados e distantes do que parecia para eles importante no processo de construção de memória e de identidade, já que o centro nunca foi de fato democrático, sem

contar que houve, segundo a mesma, o aumento de preços até nos estabelecimentos comerciais pós título, entre outras consequências que afastam essa parte da população do centro histórico.

Assim, essa carência habitacional, esse afastamento, torna-se uma consequência negativa de todo esse processo patrimonial pelo fato de que, segundo Bógus *et al* (2016, p. 2), “esses espaços centrais, claramente identificados na memória e no discurso dos habitantes da cidade, independentemente do referencial cognitivo e simbólico a eles associado” necessitam de experiências de vivência, de atividades que englobam tanto o morar, o residir, quanto o trabalho, o comércio e o lazer.

O objetivo principal deste relatório é analisar a situação atual do centro histórico da Cidade de Goiás, perceber se o fenômeno de gentrificação está presente nessa espacialidade como em outros e, se sim, como ele influencia na preservação do patrimônio cultural da cidade de Goiás, principalmente pós titulação de Patrimônio Cultural Mundial. Para tal estudo, a ideia principal é descobrir qual é o quantitativo (dados) de edificações inabitadas nesse centro, lembrando que o “inabitado” se refere à falta de vivência diária nesse local, e criar uma ficha técnica falando sobre os imóveis detectados na pesquisa.

Primeiramente (fig.01) é feita uma discussão teórico-crítica em cima do levantamento bibliográfico para melhor conceitualização das vertentes tratadas neste relatório, principalmente o fenômeno gentrificação, que precisa ser identificado e bem compreendido para se fazer a análise do recorte proposto: parcela do centro histórico da Cidade de Goiás. Utilizaram-se como estado da arte artigos, dissertações e teses publicadas, além de livros que envolvem o conteúdo da pesquisa. O recorte espacial do centro se fez necessário por conta da sua grande extensão e ao curto prazo de trabalho de campo, já que a pandemia (Covid-19) alterou toda a dinâmica da pesquisa.

A cidade se tornou alvo de estudo também, assim como a sua formação social e territorial, através de um retrospecto histórico, sem aprofundamento, buscando compreender os processos evolutivos ocorridos na cidade, para então ser possível visualizar a mudança pós título da Unesco (2001).

O produto final da pesquisa resultou em dois tipos de Banco de Dados, sendo um o mapeamento e o outro um aplicativo que gerou a Ficha Técnica dos Imóveis Fechados no Centro Histórico de Goiás com registros fotográficos. Para isso, foi necessário fazer levantamento em campo das edificações fechadas que se encontram inabitadas e, em alguns casos, foi preciso utilizar o recurso de entrevista oral com moradores como meio de saber a real situação de alguns imóveis e se existe ou não alguma vivência diária nesses locais. As

fotografias também foram um meio de comprovar a real situação dos imóveis no centro histórico de Goiás, inclusive seus aspectos físicos atuais (conservação, manutenção etc.).

Posteriormente foi feito um estudo e análise crítica dos dados obtidos em campo e foi descrita qual a proposta do produto, no caso os bancos de dados. Deixando claro que o público alvo são os gestores públicos e privados, estudantes da área de arquitetura e patrimônio, e a própria comunidade vilaboense. Ambos precisam conhecer esses resultados para que alguma mudança de fato aconteça no cenário atual do centro histórico. Ele precisa ser valorizado, não no sentido de reconhecimento por parte dos gestores patrimoniais, mas pela própria população e pelos grupos que realmente são e devem ser parte identitária desse local, e principalmente precisa ser vivenciado.

Por último foram feitas propostas de aplicação do produto. Assim como qualquer outro, os bancos de dados precisam ser conhecidos e divulgados para que sejam aplicados de fato. Então são feitas propostas de aplicação na comunidade, além de tornar a pesquisa acessível para que todos possam ler e ter conhecimento. Como destacado no relatório, poucos sabem sobre esse processo, a gentrificação, muitos nunca ouviram esse termo. Sendo o conhecimento a base para qualquer ação, mudança, ele precisa alcançar todas as esferas sociais.

O quadro 1 (abaixo) mostra as etapas de pesquisa:

<p>Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica (Estado da arte) para embasamento teórico - GENTRIFICAÇÃO Contextualizar sobre políticas públicas voltadas ao patrimônio e estudos relacionados à Cidade de Goiás.</p>	<p>Posteriormente, deu-se início à pesquisa de campo, que se trata do levantamento/coleta de dados das casas abandonadas/ fechadas ou de uso esporádicos. Em alguns momentos houve necessidade de questionar vizinhos sobre a real situação de alguns imóveis.</p>	<p>Criação do banco de dados e ficha técnica, e análises destes, com possíveis conclusões.</p>
--	--	---

Quadro 1: Etapas da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

1. O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO E O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS

Os centros históricos são os tecidos do território urbano mais antigos, o conjunto da memória da coletividade e representante das marcas do tempo no desenvolvimento urbano de uma cidade. Trata-se do núcleo de origem de um aglomerado. Normalmente são as parcelas em localizações geográficas mais estratégicas para o desenvolvimento econômico local (IGOT). Falcão *et al* (2018, p. 33) afirmou:

A sensível representação social de que é imbuída a relevância de um conjunto urbano é identificada na valorização da herança de um passado expresso no posicionamento de lotes, evolução da ocupação dos seus espaços públicos, observância das construções e suas estruturas, atenção aos eixos de crescimento inicial da cidade, os espaços de trajeto e permanência dos cidadãos, dentre outros aspectos.

Esses centros foram sendo ocupados heterogeneamente por diversos grupos, com costumes e tradições diferentes, e segmentos sociais que estabelecem uma interação política, econômica e social, gerando vida e identidade para o local. A convivência diária, as atividades que se encontram foram criando e gerando uma faceta única para cada espaço. Trata-se da área mais sensível que traduz o valor da cidade, em que há as principais atividades, encontros de pessoas, instituições importantes, além de ser lugar simbólico da história e memória coletiva dos habitantes.

A Recomendação de Nairóbi (Carta do Restauro, 1976) considera que

os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares.

Conhecidos também como “lugares de memória”, noção elaborada por Nora (1993), são núcleos urbanos representantes de valores culturais, históricos, arquitetônicos, urbanísticos e até mesmo afetivos como parte da memória da cidade, sendo considerada uma herança da sociedade passada e uma “mais-valia” para a sociedade futura, ou seja, o centro histórico é cada vez mais valorizado e tem um aumento em seu valor econômico. Portanto, seu estudo, compreender como esse centro funciona, valorizar sua memória e valorizar o presente por meio de ações que o mantenha “vivo” são fatores importantes para garantir um futuro em que o simbólico ainda exista.

Gustavo Giovannoni, arquiteto italiano, foi o pioneiro na sustentação do conceito de Patrimônio Urbano e da preocupação com a salvaguarda dos centros históricos. O mesmo já

afirmava que “o espaço urbano, em seu contexto cultural, deveria aplicar-lhe o mesmo tratamento dos instrumentos de proteção de bens culturais individuais, ao conglobar os bens ali inseridos” (FALCÃO *et al*, 2018, p. 33).

Giovanoni percebe a cidade histórica como um monumento, mas não apenas de forma estética; busca compreendê-la como um tecido vivo, sendo então figura referencial e museal, mas com potencial para a vivência. Destaca a importância da integração, no conjunto urbano, dos monumentos antes isolados, e requer, para os edifícios que conformam seu conjunto, os mesmos princípios e procedimentos de intervenção estabelecidos por Camilo Boito para os edifícios monumentais (GIACOMINI *et al*, 2011, p. 183).

No Brasil, a proteção dos bens culturais teve início de fato a partir de 1936, ano em que o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, convidou Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo e modernista da década de 1920 a elaborar um anteprojeto prevendo a criação de um órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural (SANTOS *et al*, 2012).

Apesar de não aprovado, o anteprojeto de Mário de Andrade foi uma forte influência para a elaboração do Decreto-Lei 25/1937, por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que regulamentou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esse decreto originou o Instituto do Tombamento, instrumento legal de proteção jurídica brasileira de bens culturais materiais. Porém, inicialmente esse instrumento era utilizado apenas para bens individuais, monumentais, conforme cita o 1º Art do Decreto-Lei 25/37:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Atualmente temos na Constituição Federal de 1988 o artigo 216, inciso V “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” como bens culturais que são também amparados pelos instrumentos de proteção, ou seja, o conjunto urbano dotado de valor cultural passa a se encaixar nessa lei.

Isso significa que os centros históricos hoje são alvos de ações de reconhecimento patrimonial, que passam a regular aspectos estéticos e paisagísticos das edificações e a própria urbanidade, assim como Giovanoni havia defendido. Falcão *et al* (2018, p. 36) afirmou que

O ato jurídico de legitimidade estatal possui como finalidade geral o impedimento de alteração, danificação e deterioração do bem. Assim, ao impedir esses estágios que levam ao desaparecimento do bem, a conservação erige-se como efeito jurídico máximo buscado pelo tombamento. Implica asseverar que conservar não significa “congelar” integralmente o bem em um

estado do tempo, mas sim assegurar a existência essencial a qual exprime a identidade cultural.

Ou seja, não se busca a permanência absoluta do conjunto urbano histórico, mas sim a que corresponde aos critérios de intervenções no todo, procurando sempre manter a unidade, o conjunto harmônico, sem afetar as características originais, sinônimo de memória e identidade dos habitantes locais, já que qualquer agressão comprometeria a autenticidade da cidade histórica (GIACOMINI *et al*, 2011).

Apesar da importância desses centros urbanos, a globalização, principalmente após os anos 70, veio provocando alterações no desenvolvimento urbano de diversas cidades e afetando os centros históricos das mesmas. Costa (2014) afirma que o progresso industrial das tecnologias, da comunicação e do transporte afetou organizações econômicas e sociais, e consequentemente o modo de apropriação de áreas nas cidades. Assim, novas centralidades são criadas e novos atrativos são gerados pela especulação imobiliária, pelas novas centralidades econômicas e políticas. Isso faz com que a população que habitava esses centros comece a se dispersar em busca de novos atrativos.

Inicia-se a decadência desse centro como núcleo habitacional, dando face à fragmentação e a segregação socioespacial e outras consequências. Logo após, entram nesse contexto as políticas urbanas em busca de “trazer vida” ao centro novamente, seja histórico ou não, conhecidas também como parte do processo urbano de gentrificação.

Como maneira de reverter essa situação, políticas públicas começam a ser criadas sob o discurso de “retorno ao centro”, com o objetivo de requalificar/revitalizar/reabilitar esse núcleo e incluí-lo novamente à cidade. São vários os termos utilizados para qualificar demandas urbanas semelhantes, que resumem em si aspectos da gentrificação (RANGEL, 2015), que, restaurados e valorizados, inversamente produzem a elitização desse espaço.

Também chamada de enobrecimento urbano, Leite (2010, p. 74) defende duas características centrais recorrentes da gentrificação: “[1] espetacularização da cultura; [2] a formação de socioespacialidades e a construção de um espaço público fragmentado [...]”, que contribuem com as disputas práticas e simbólicas que “esvazia[m] as práticas interativas e desertifica[m] os espaços antes enobrecidos” (p. 74). O mesmo autor vê os centros históricos como locais que retradicionalizam a cultura local pensando na espetacularização da cultura e no turismo cultural dizendo: “O enobrecimento por via da requalificação de sítios históricos se dá mediante a instalação de serviços e da promoção de uma oferta extensiva de cultura, lazer e entretenimento para as classes médias e altas” (2010, p. 76).

Ou seja, o mesmo afirma que a gentrificação como estratégia política tem sido utilizada como ação dos gestores que têm interesse em valorizar o tecido urbano central, porém, as consequências da maneira com que os mesmos agem nesse espaço são negativas social e culturalmente falando. Há a inserção da cultura mercadológica que Leite (2001) discute bem em sua tese, dizendo que o cidadão passa a ser consumidor. Ou seja, já nesse aspecto, levando em consideração que o consumo é seletivo ao pressupor determinada renda e poder aquisitivo, gera-se assim a fratura/segregação do espaço que deveria ser público e de todos.

Então a transformação do patrimônio em mercadoria cultural com as ações de requalificação/revitalização e investimentos públicos e privados “impõe as características políticas do espaço público, em decorrência das relações de mercado e dos limites à acessibilidade ao consumo” (LEITE, 2001, p. 6).

Silva *et al* (2008) esclarece bem que os agentes públicos, ao divulgar programas de revitalização dos centros históricos, dão ênfase à “revalorização urbana” e “à proposta de melhoria do lugar para usufruto dos seus cidadãos” (p. 85) com melhoria da qualidade de vida, criação de emprego e renda e melhoria física do local. Porém, o que acontece de fato é a expulsão desses detentores de direito por conta dos altos preços resultantes da especulação imobiliária e do enobrecimento local.

O processo de gentrificação, associado aos interesses empresariais, inevitavelmente expulsa os moradores das áreas consideradas patrimônio para a criação de paisagens de poder, em detrimento do vernacular, com fins de exploração comercial, criando novas centralidades que proporcionam maior retorno aos investimentos financeiros realizados pelas empresas privadas com apoio do Estado (SILVA *et al*, 2008, p. 85).

Segundo Ribeiro (2018), os processos de gentrificação no Brasil seguem características semelhantes aos processos latino-americanos, principalmente as características referentes ao forte apelo ao patrimônio cultural. Hoje muitos centros históricos passaram pela chamada política de revitalização que modificou a estrutura urbana e a composição populacional dessas áreas. Um dos principais exemplos é o centro histórico de Salvador, o Pelourinho, região de grande sociabilidade urbana, e o antigo Bairro de Recife, estudado por Leite (2001).

Salvador, capital da Bahia, que por um bom período da colonização foi capital do Brasil, tem um centro com um grande acervo arquitetônico colonial consagrado Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 1985. Desde então, iniciaram-se políticas de revitalização com a higienização de grupos que eram considerados indesejáveis (SILVA *et al*, 2008) modificando o uso de solo, anteriormente residencial, agora com foco comercial e turístico.

As intervenções do Pelourinho tiveram um grande impacto na transformação da apropriação e consumo do espaço urbano, pois a maioria dos imóveis, 64,8%, foi convertida em uso comercial, sendo que apenas 16% deles permaneceram para uso residencial (SILVA *et al*, 2008, p. 88).

Conforme Nobre (2003) descreve, o governo tomou várias ações em busca do desenvolvimento econômico atrelado ao turismo. Promoviam a reabilitação e a restauração física da área, melhoramento da infraestrutura local e davam opções aos moradores locais com relação a contrapartida aos trabalhos e financiamento público para o restauro e recuperação de imóveis, sendo eles: “1. Venda; 2. Desapropriação; 3. Transferência de usufruto; 4. Troca da propriedade ou da área equivalente” (p. 6). Ou seja, os habitantes que ali residiam e que ali criaram laços, identidade, foram obrigados a ceder às investidas do governo nesse processo de revitalização, tendo limitadas as opções e ignoradas suas vontades, não conseguindo ver benefício nessas intervenções.

Com foco no desenvolvimento comercial e turístico, viu-se os imóveis se transformando em lojas, bares e restaurantes, em ambientes de atividades culturais, totalmente voltados ao mercado global. Segundo Nobre (2003), os grupos sociais de baixa renda foram os mais prejudicados com esse processo, embora representem ainda a maior população desse centro histórico.

Esse processo de revitalização do Pelourinho hoje é conhecido por alguns autores como um processo de gentrificação por gerar essa elitização, esse enobrecimento urbano, por expulsar os residentes locais, já que a quantidade que ali ainda reside é considerada baixa, em busca do desenvolvimento comercial, do mercado de cultura, e de valorização imobiliária.

Assim como em Salvador, outros centros históricos passaram/passam por intervenções questionáveis. Leite (2010, p. 80) estudou tanto Salvador como Recife, Évora e Porto-Portugal, e em ambos houve

uma considerável reanimação do comércio local, a inserção das cidades nos fluxos turísticos nacionais e internacionais, a reativação dos usos do espaço e das sociabilidades urbanas, o realce das características monumentais do patrimônio, associado ao forte apelo visual dos conjuntos arquitetônicos, e a revalorização das particularidades históricas, revelando típicos de destradicionalização e espetacularização da cultura e do patrimônio.

O centro histórico da Cidade de Goiás tem sofrido consequências pós reconhecimento como bem cultural, patrimonial, principalmente como bem mundial, e após as várias ações dos gestores em tentar transformá-la em um polo atrativo turístico. Algumas das consequências e algumas situações presentes nesse centro se assemelham muito às

características observadas na gentrificação. Por isso, tem-se o questionamento se esse processo vem acontecendo nesse tecido urbano.

Na busca da resposta para o questionamento presente nesta pesquisa, o relatório faz, num primeiro momento, uma análise da história da cidade e o desenvolvimento desse centro, até chegar ao recorte temporal da pesquisa, que é o pós titulação da UNESCO em 2001, para compreender os caminhos de desenvolvimento da cidade, principalmente no que se relaciona à patrimonialização dos bens materiais e imateriais locais.

1.1 O Centro Histórico da Cidade de Goiás

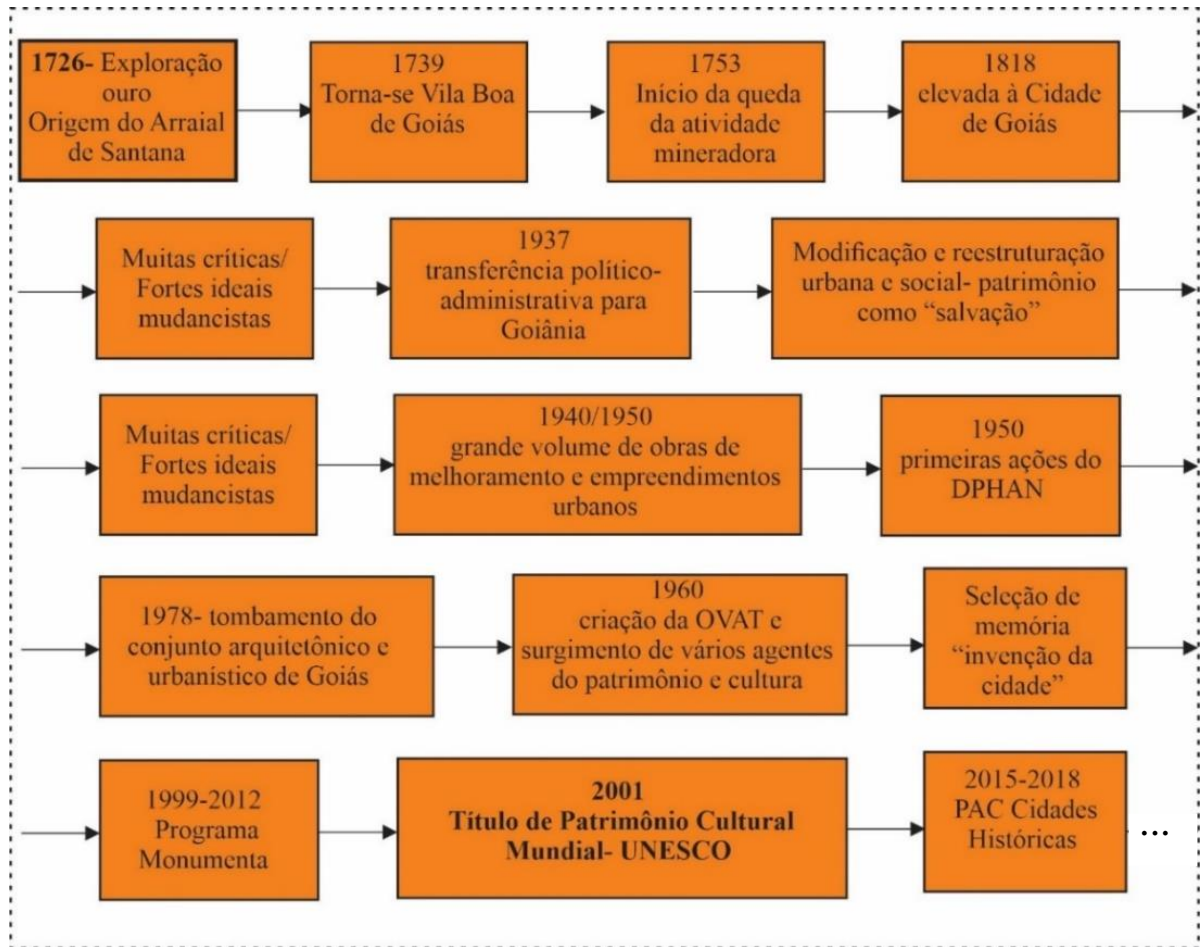
Estudando a história de transformação da Cidade de Goiás, é possível identificar diversos momentos que influenciaram a urbanização local atual e que caracterizam o processo conhecido como gentrificação. Ou seja, o desenvolvimento gradual, da maneira que aconteceu, gerou consequências hoje perceptíveis.

Apesar de serem muito discutidas em relação às problemáticas urbanas de áreas mais recentes, atualmente mudanças em centros históricos também são relacionadas a esse processo em estudo, principalmente quando se inicia uma recuperação, renovação, reutilização dessas áreas centrais com o objetivo também de se desenvolver aspectos culturais, como o turismo. Choay (1925, p. 211) já discutia sobre essas alterações nos centros históricos:

Por sua vez, os monumentos e patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais de comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Em Goiás ocorreu da mesma forma. Em boa parte de sua trajetória a cultura passou a ser considerada eixo principal para o desenvolvimento da cidade como centro histórico, berço de tradições goianas, repleto de memórias e bens culturais importantes.

Antes de discorrer, resumidamente, o contexto histórico da cidade, segue abaixo um diagrama com os principais momentos e anos desse processo de crescimento, para visualização geral:



Quadro 2: Diagrama da trajetória histórica da Cidade de Goiás.

Fonte: Organização e montagem pela autora: CAMPELO, A.F.

A Cidade de Goiás (perímetro urbano- Figura 1), antiga capital do Estado de Goiás, está localizada no Noroeste Goiano, na microrregião do Rio Vermelho, a 131 km da capital atual, Goiânia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui área territorial de 108,019 km², com população de 2019 estimada em 22.645 habitantes.



Figura 1: Cidade de Goiás.

Fonte: Fotografias da autora: CAMPELO, A.F.

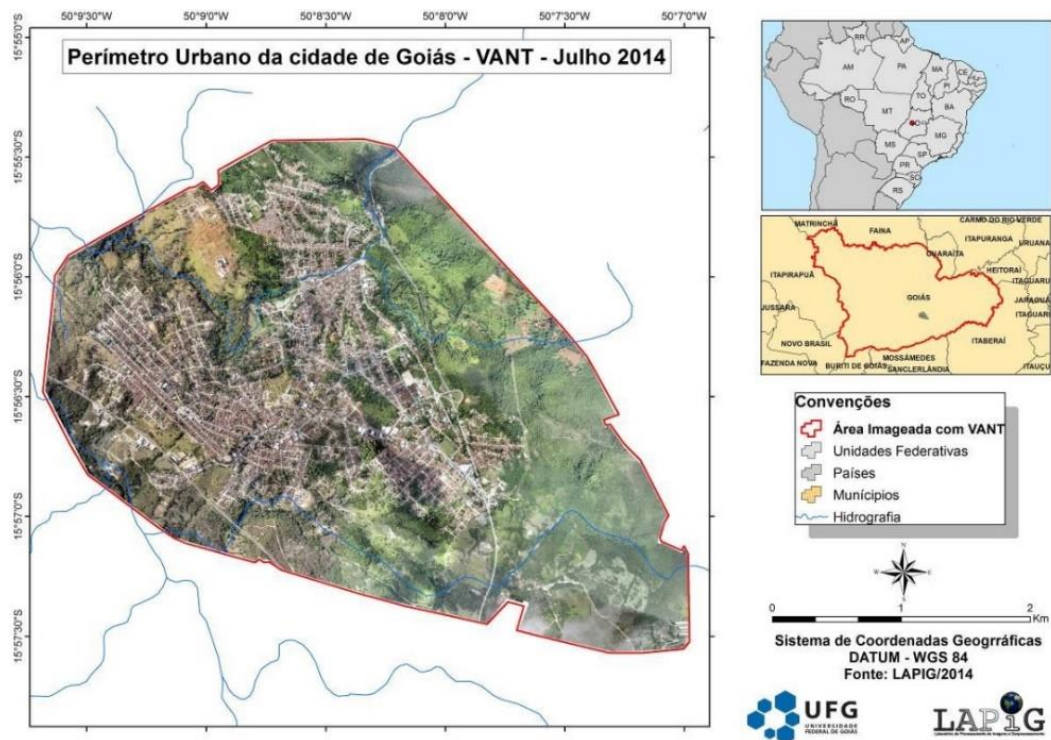


Figura 2: Ortomosaico final gerado com fotografias áreas obtidas com um VANT (soma de 5 sobrev os), em julho de 2014, recobrendo todo o perímetro urbano da Cidade de Goiás.

Fonte: SILVA (et al, 2015).

Conhecida principalmente pela arquitetura do século XVIII (figura 2), a Cidade de Goiás surgiu com a minerao de ouro encontrado nas margens do Rio Vermelho em 1726 por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, bandeirante paulista. A confirmao da descoberta de lavras auríferas fez com que diversos aventureiros, de diferentes regiões da Col nia e de países da Europa se deslocassem para o então Arraial de Santana em busca de se beneficiarem da descoberta (COELHO, 2001).

Pessoas de várias nacionalidades, de crenças, sexo, idade, origem étnica e ofícios diferentes chegaram em busca de novos espaços e riquezas. Tedesco (2000, p. 48) deixa claro em sua pesquisa que “não se sabe ao certo o número efetivo desta migrao para Goiás. Sabe-se, no entanto, que pessoas de todos os segmentos sociais vieram em busca do ouro”. Esse fluxo migratório foi tão grande que em 1739 o ponto inicial do garimpo tornou-se Vila Boa de Goiás e deu-se início   construo dos primeiros prédios públicos.



Figura 3: Vista de Vila Boa de Goiás no Séc. XIX.

Fonte: Biblioteca Mario de Andrade, S. Paulo, *apud* BOAVENTURA (2007, p. 132).

Para Boaventura (2007), ao se tornar Vila Boa de Goiás, a cidade passou então a ser representante física e legal das instituições de Portugal e a única articuladora dos diferentes arraiais existentes, mostrando assim a importância que a região tinha:

Por essa razão, ela não foi apenas um simples povoado de mineração, mas principalmente um importante centro fiscal e político-administrativo da metrópole, responsável pela hierarquização, defesa e eficácia dos caminhos e comunicações, além de ordenadora de todo o território da Capitania. Mais que isso, ela representava, sobretudo, a certeza do controle das minas de ouro do Brasil Central e a incorporação aos domínios de Portugal de parte de um território que não lhe pertencia (BOAVENTURA, 2007, p. 131).

O primeiro processo de alteração habitacional visto em Goiás se deu com a queda da exploração do ouro, a partir de 1753, em que a então Vila Boa se viu perdendo vários de seus habitantes, que saíram em busca do ouro em outras regiões. O desenvolvimento da atividade agropecuária, que já existia apesar de proibido o seu desenvolvimento (COELHO, 2001), foi um meio de manter a população remanescente do período aurífero no local, que se dedicou mais ainda ao comércio e criação de gado.

Já no século XIX, Salles observa que, com o fim da mineração e a crise econômica que Goiás viveu, as atividades agro-pastoris suportaram o embate da crise econômica e conservaram as possibilidades mercantis, numa população que crescia vegetativamente mesmo sem o embalo dos estímulos anteriores (TEDESCO, 2000, p. 54).

Mesmo sendo elevada à cidade por decreto de Dom João VI em 1818, quando passou a ser chamada Goiás, o desenvolvimento local aconteceu, mas de maneira gradativa e lenta. Segundo Gomide (2007, p. 171), no século XIX, apesar “da cidade ter vivenciado o que alguns historiadores locais chamaram de decadência do ciclo de ouro”, muitas outras

edificações continuaram a ser erguidas, comprovando que, mesmo diante da situação econômica fraca, a cidade mantinha sua vivência.

No decorrer dos anos, as ideias mudancistas da capital começaram a aparecer, a entrar em voga nos assuntos do governo. Altamente criticada, Goiás estava diante de diversas justificativas para perda do título de capital (OLIVEIRA, 2014). Sua deficiência climática, precárias comunicações, falta de saneamento, sua localização geográfica e “atrasada” ante à modernidade que se almejava nos anos 30 acabou sendo retratada no *Álbum de Fotografias sobre o Planejamento e Construção da Cidade de Goiânia*, de 1935, oferecido ao presidente da República, Getúlio Vargas, pelo então governador Pedro Ludovico Teixeira, como meio de justificar sua proposta de mudança. Oliveira (2014, p. 190) analisou o que as fotos apresentavam sobre as duas cidades:

As fotos encardidas da cidade de Goiás escondiam-se atrás da pujança das obras da moderna Goiânia. A outrora Vila Boa era apresentada como se estivesse congelada no tempo e ressaltando aspectos pacatos e rurais – ruas sem calçamento, cavalos e carroças perambulando pelos espaços públicos –, em uma demonstração de vínculos indissolúveis com os séculos anteriores. Goiânia, ao contrário, era mostrada como ícone da modernidade, por meio da sua arquitetura sem adereços historicistas, do campo de pouso com o avião da Vasp, das ruas pavimentadas, das alamedas retilíneas arborizadas, entre outros.

Outra comprovação das críticas dirigidas à cidade de Goiás foi feita por Magalhães (1902, p. 49-50), governador da província em 1867, que já contemplava a mudança da capital décadas antes e afirmava:

A situação de Goyaz era bem escolhida quando a província era aurífera; hoje, porém, que está demonstrando que a criação do gado e a agricultura valem mais do que quanta mina de ouro há pela província, continuar a capital a que é condenar-nos a morrer de inanição, assim como morreu a indústria que indicou a escolha deste logar.

[...] Quanto à salubridade, não conheço, entre todos os logares por onde tenho viajado (e não são poucos), um onde se reúna tantas moléstias graves. Quase que se póde asseverar que não existe aqui um só homem são.

Assim, resultou-se em outro processo que afetou urbanisticamente a cidade. Em 1937, efetivou-se a transferência político-administrativa de Goiás para Goiânia, nova capital. O resultado foi uma intensa mudança demográfica e econômica, já que instituições e famílias inteiras foram para Goiânia. Gomide (2007) diz que o fato de muitas residências e edifícios públicos ficarem fechados deu-se um aspecto de “vazio” e de abandono à cidade. Processo esse que não se caracteriza como gentrificação, apesar de ter gerado esse déficit habitacional. Porém, o percurso, as decisões tomadas a partir desse acontecimento teriam resultado na possibilidade do início de fato desse processo, o que ainda é questionável.

Tamaso (2007) deixa claro que o peso maior nessa mudança foram as questões políticas, já que o centro do poder se encontrava em mãos de famílias tradicionais e entrava em choque com os interesses de Pedro Ludovico Teixeira, o então governador, que queria consolidar sua força política. A população, pelo menos a maior parte dela, foi contra a transferência e procurou resistir, enquanto alguns estavam em busca de melhores condições de vida, em busca de emprego, defendendo, assim, as ideias mudancistas.

A mudança afetou diretamente a população, que se viu perdendo valor, o título, as escolas, as instituições, parte da família, amigos e recursos financeiros. Afetou a saúde física e psicológica de muitos habitantes locais, que precisaram se adequar à nova realidade, ao abandono e às privações materiais e simbólicas. Carneiro (2005) afirma que houve um ressentimento da população vilaboense, que sempre procurava o culpado e tinha desejo de vingança.

Nos vilaboenses que não se mudaram para Goiânia restou o incormformismo, o sentimento de perda, o trauma causado pela forma como se deu o processo de mudança. Isso resultou em grandes dificuldades políticas, econômicas e sociais para os que permaneceram na cidade. Era como se tivessem perdido tudo, não só pelo fato de ser sede política, mas o poder, o status de capital, o comércio, a mudança de parentes e amigos (CARNEIRO, 2005, p. 19).

Naquele momento, por conta da transferência, viu-se na cultura, na arquitetura de suas edificações e monumentos a possibilidade de manter o prestígio da antiga capital, de se manter o valor simbólico. Aqueles casarios e a arquitetura então chamada de “velha” poderia ser utilizada para contar histórias e rememorar os “anos dourados” dessa cidade. Carneiro (2005, p. 26) afirma:

Inconscientemente, como forças reativas do ressentimento, os vilaboenses se apegam ao seu passado colonial, na valorização de seus monumentos, nas tradições, na ritualização do poder. Goiás deixa de ser capital, mas passa a ser o “repositório das tradições”. De acordo com Delgado (2003, p. 419) “Categorias como tradição, arte, cultura e história são arroladas para compor o passado que o discurso propõe que seja ‘resgatado’ para construir o futuro da Cidade de Goiás”.

Desta maneira, garantiriam que a cidade não sucumbiria, não seria esquecida e sim lembrada como berço das tradições goianas, da história e cultura. Então, a valorização do patrimônio existente como maneira de amenizar o desprestígio ocorrido levou ao início da modificação e reestruturação urbana e social desse centro histórico e de sua história.

Mas essa manutenção não ocorreu de maneira rápida. Via-se um estado de abandono e ruína, principalmente nos edifícios inabitados. As dificuldades financeiras impediram que os bens imóveis fossem preservados inicialmente. Muitos destes imóveis

pertenciam às famílias que se mudaram para a nova capital, ficavam muito tempo fechados e sem manutenção. Outras, como Tamaso (2007) afirma, foram demolidas propositalmente para evitar o pagamento da décima, imposto pago à Prefeitura Municipal. Na tese da mesma autora, há uma entrevista feita com a Dona Ana Marinha Pires:

O Maximiano Mendes doava as casas e ninguém queria porque tinha a décima. Dona Ana explica que Maximiano doava as casas para que as pessoas nela morassem sem custo de aluguel e assumissem o compromisso de pagar a décima, mas ainda assim não encontrava moradores suficientes para todas as suas casas (TAMASO, 2007, p. 104).

Ações do poder público foram fundamentais para inverter essa situação. Segundo Oliveira (2014), há o recorte temporal dos anos 1940/1950 em que houve um grande volume de obras de melhoramentos e empreendimentos na infraestrutura urbana, como pavimentação de ruas, estradas, ordenação de tráfego, construção e reconstrução de pontes, o que gerou certo valor ao centro.

Para Gomide (2007), esse processo de valorização ganhou força em 1950 quando o então Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - DPHAN, classificou e tombou alguns de seus monumentos e prédios isoladamente (figura 4), tendo pouco resultado significativo, mas que veio ao encontro da necessidade de reconhecimento da raiz goiana. Delgado (2005, p. 121) categoricamente, afirma

A cidade de Goiás, incorporada ao campo do patrimônio pelo Iphan, é investida de significados por esse processo de “invenção de uma tradição”, que objetiva a construção da “identidade vilaboense”. Para produzir o patrimônio imaterial, atribuem-se conteúdos simbólicos a determinadas práticas culturais, sacralizando-as como genuínas e autênticas por testemunharem a “identidade” regional cuja origem configura-se na cidade ancestral, onde se deu o início da formação intelectual do povo goiano.

Parte da população, ainda traumatizada com a perda recente da condição de capital, não foi favorável ao tombamento com receio de que atrapalhasse mais ainda o desenvolvimento da cidade, vendo o tombamento como atraso e estagnação. Não viam sentido e tinham receios quanto às restrições “exageradas em relação ao direito de propriedade” (OLIVEIRA, 2016).

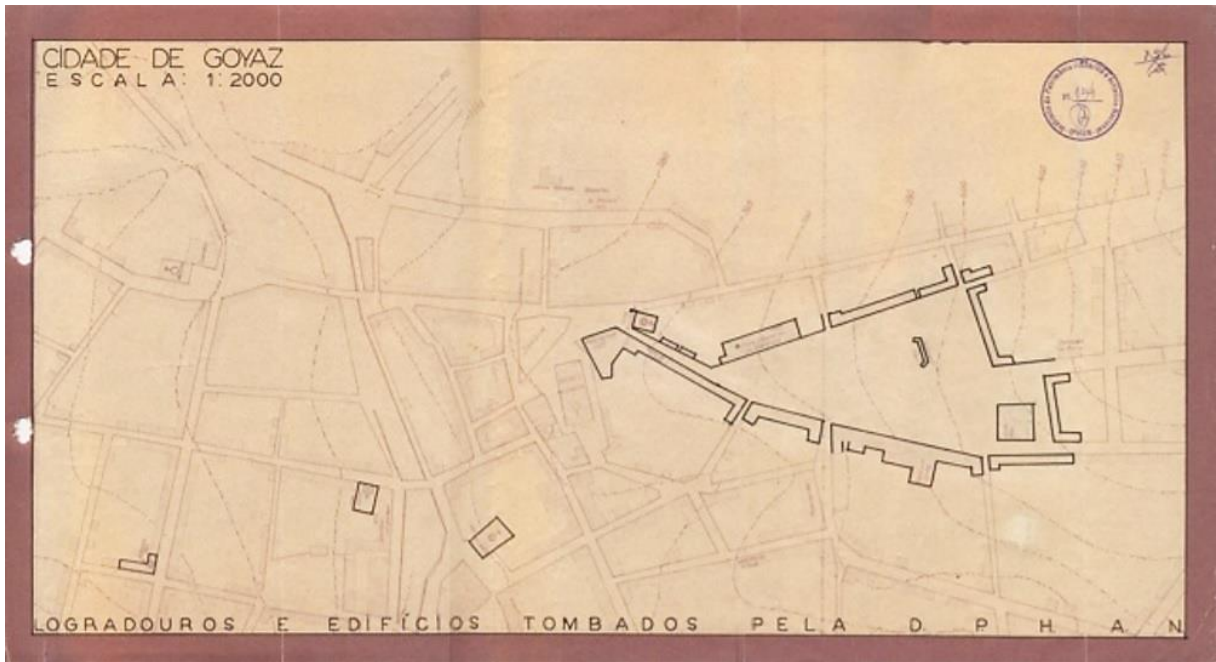


Figura 4: Logradouros e edifícios tombados na Cidade de Goiás até 1951, marcados com o contorno preto.

Fonte: Processo de Tombamento da Cidade de Goiás, volume 1, folha 154 (apud OLIVEIRA, 2016, p. 82).

Segundo Carneiro (2014), o tombamento em Goiás, inicialmente dos bens isolados (figura 4), em quase nada alterou a vida cotidiana dos vilaboenses, não atraiu a visitação pública e não chamou a atenção dos turistas. Porém, o poder público municipal já começara a ter ações de preservação e a apresentar preocupação com a proteção do patrimônio urbano, englobando uma área além dos monumentos já protegidos pelo órgão federal (IPHAN). Foi criado assim o “Roteiro Histórico e Artístico da Cidade de Goiás”, com o intuito de promover de fato o turismo na cidade.

O município, juntamente com os órgãos de proteção do patrimônio federal, estabeleceu diretrizes e legislações, como a Lei municipal nº16 de 03 de julho de 1975, em cima dos bens tombados para sua devida proteção. Ações muitas vezes questionadas pelos proprietários de imóveis nesse centro. Segundo Falcão *et al*, (2018) as exigências urbanísticas desses espaços urbanos tombados eram várias: desde forma, altura e disposição de edifícios; fixação de áreas, setorização; taxa de ocupação; imposição de fachadas originais em razão da proteção estética e monumental, entre outros.

Motta *et al* (2010, p. 21) disse:

A ideia de que a preservação de centros históricos pudesse ser um elemento importante no desenvolvimento socioeconômico de uma cidade foi bastante explorada ao longo das décadas de 1970 e 1980. Apoiava-se, normalmente, no estímulo ao turismo, encarado como uma atividade capaz de fornecer os

Esse ambiente de proteção e preservação fez com que parte da população (principalmente a elite interessada) da cidade de Goiás buscasse cada vez mais uma maneira de fortalecer a memória existente, até mesmo a de criar uma memória coletiva que lhe desse a oportunidade de ser merecedora do reconhecimento como bem cultural, vislumbrando também a economia voltada ao turismo.

Iniciou-se aí, de fato, uma “corrida” em busca de produzir e conduzir conteúdo para o passado, buscando gerir uma política cultural.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...] (POLLAK, 1989, p. 9).

O IPHAN e entidades como a Organização Vilaboense de Artes e Tradições - OVAT, criada na década de 1960, também chamados, segundo Tamaso (2007), de agentes da cultura e patrimônio, se juntaram com a intenção de encontrar e produzir essa valorização simbólica, principalmente por meio de bens imateriais. Delgado (2005, p. 114) chegou a afirmar:

A expressão “invenção da cidade” pretende chamar a atenção para o trabalho de produção, gestão e imposição de determinada memória coletiva que objetiva Goiás como testemunha da história e guardiã do patrimônio nacional, merecedora, por isso, do título de “Patrimônio da Humanidade”. Investigar a instituição de Goiás como cidade histórica é, portanto, indagar acerca dos atores e das estratégias de “enquadramento da memória”, na acepção de Michel Pollak (1989).

A mesma autora (2005, p. 121) procura enfatizar a ação de tais entidades na busca dessa valorização:

Ao vislumbrar que “o futuro de Goiás era o passado”, a Ovat empreende e estimula várias ações culturais: o Gabinete Literário, fundado em 1864, foi reaberto; os saraus foram revitalizados; as manifestações folclóricas e musicais foram pesquisadas e registradas; o acervo de arte sacra foi reunido no Museu da Cúria e, posteriormente, no atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte; modificações foram implementadas na celebração da Semana Santa, que passou a contar com a Procissão do Fogaréu.

Vale lembrar que Goiás é uma cidade originária de um hibridismo populacional, cultural e social, e essa política de valorização da história e memória da cidade não abrangeu e não abrange a todos. Ao contrário. Aqueles que foram obrigados a se afastar do centro histórico no decorrer de seu desenvolvimento, como os mestiços, os pretos e os menos abastados não

tiveram sua história considerada nessa construção, comprovando o que Pollak (1992) disse: “A memória é um fenômeno construído”.

Tem-se como exemplo dessa segregação socioespacial a demolição da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1733, e a construção de uma nova em 1934, com a arquitetura destoante (figura 6) da arquitetura local, com a irmandade também diferente, ação com o objetivo de silenciar e apagar os traços da cultura negra existente em Goiás. Estudos como de Tedesco (2009) comprovam a existência cultural e a vivência desse grupo (negros e mestiços, afrodescendentes) no chamado “outro lado do rio”, se referindo ao lado Norte do Rio Vermelho, e que hoje são poucos os que aceitam ou os que sabem sobre e o quanto eles fazem parte da identidade desse centro histórico.

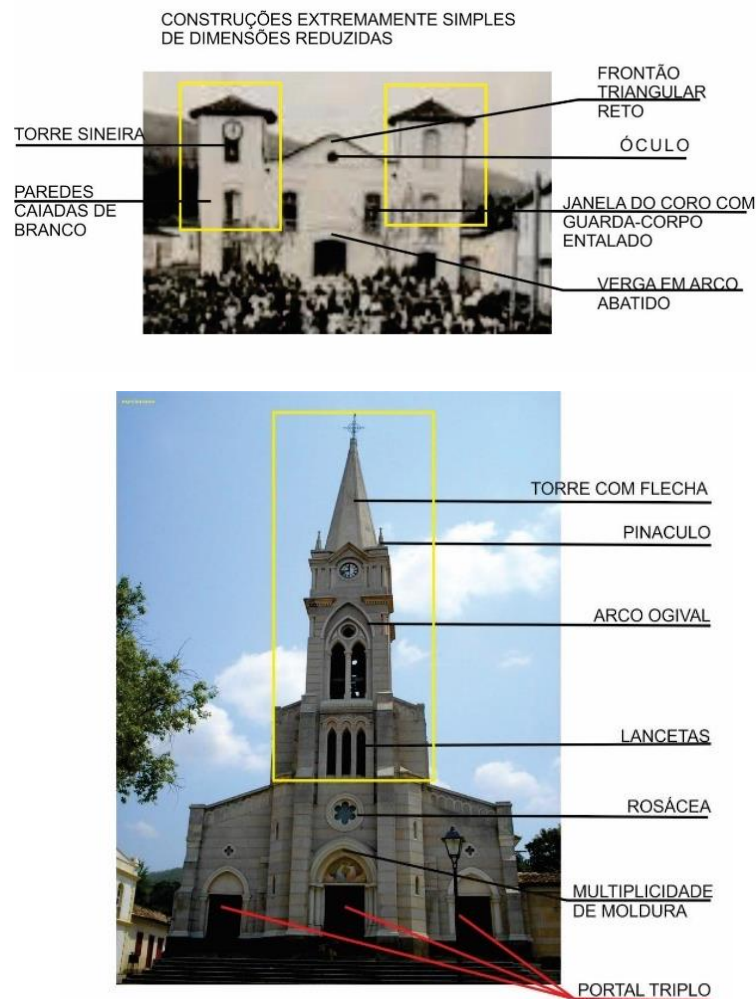


Figura 6: Análise dos elementos da arquitetura da Igreja do Rosário dos Pretos (1733) e da atual Igreja do Rosário (2018).

Fonte: autor e ano das fotos desconhecidos. Modificado pela autora (CAMPELO *et al*, 2021).

Pollak (1992, p. 204) diz que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” e que a “memória e identidade são valores

disputados em conflitos sociais e intergrupais”, onde há o confronto entre memória individual e de grupos. Então, o indivíduo se baseia naquilo que ele percebe da memória. Mesmo não tendo vivenciado diretamente alguns fatos históricos, a memória exposta a ele permite a criação ou não de laços, de identidade relacionada ao local.

Nora (1993) já dizia que a memória é carregada por grupos vivos, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança, do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível a repentinas revitalizações, que há tantas memórias quantos grupos, e que ela é múltipla, desacelerada, coletiva e individual.

Isso possibilita a seleção, a escolha. Nem todo mundo se identifica com o centro histórico porque a memória que se quer manter é a memória selecionada de alguns grupos (agentes da cultura e do patrimônio), construída, lembrada a partir de um trabalho de organização de pessoas com mais poderes do ponto de vista político e imposta como memória verdadeira e única. Britto (2014, p. 978) discursa exatamente esse contexto de seleção em que o patrimônio é inserido, o que ele chama também de montagem:

Dessa forma, há que considerar sua dimensão memorial composta por seleções, descartes, rasuras que constroem determinadas imagens, manipulam outras, na seleção de acontecimentos que, muitas vezes, visam ordenar uma narrativa.[...] É preciso começar por desmontar, demolir essa montagem, desestruturar essa construção.

Voltando ao processo de reconhecimento, após a segunda etapa de tombamento do centro histórico de Goiás (1975), o IPHAN continuou revendo a área tombada, paralelamente à discussão sobre o processo de inscrição do mesmo como Patrimônio Cultural Mundial. A ideia seria incluir no conjunto urbano de patrimônio ruas do século XIX com arquitetura eclética ou art-nouveau, que ajudam a compreender a evolução da cidade (DOSSIÊ, 1999). Nessa época a chamada área de entorno, área vizinha do tombamento, regulamentada pela Portaria nº001/1993, começou a receber critérios de intervenção também, já que os mesmos asseguram a harmonia do conjunto. Essa Área de Entorno, chamada de Zona Tampão, inclui a área tombada e a área vizinha (figura 7).

O entorno passou a ser reconhecido como fundamental na preservação de um patrimônio urbano no final do século XX, principalmente com a XV Conferência do Icomos, que resultou na *Declaração de Xi'An sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural*. Neste o entorno teve uma especificidade mais ampla, já que o mesmo contribuiria com a autenticidade, integridade, valor, da área patrimonial (MOTTA *et al*, 2010, p. 24). No mesmo documento consta:

3. Compreender, documentar e interpretar os entornos é essencial para definir e avaliar a importância como patrimônio de qualquer edificação, sítio ou área. A definição do entorno requer compreender a história, a evolução e o caráter dos arredores do bem cultural. Trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural.

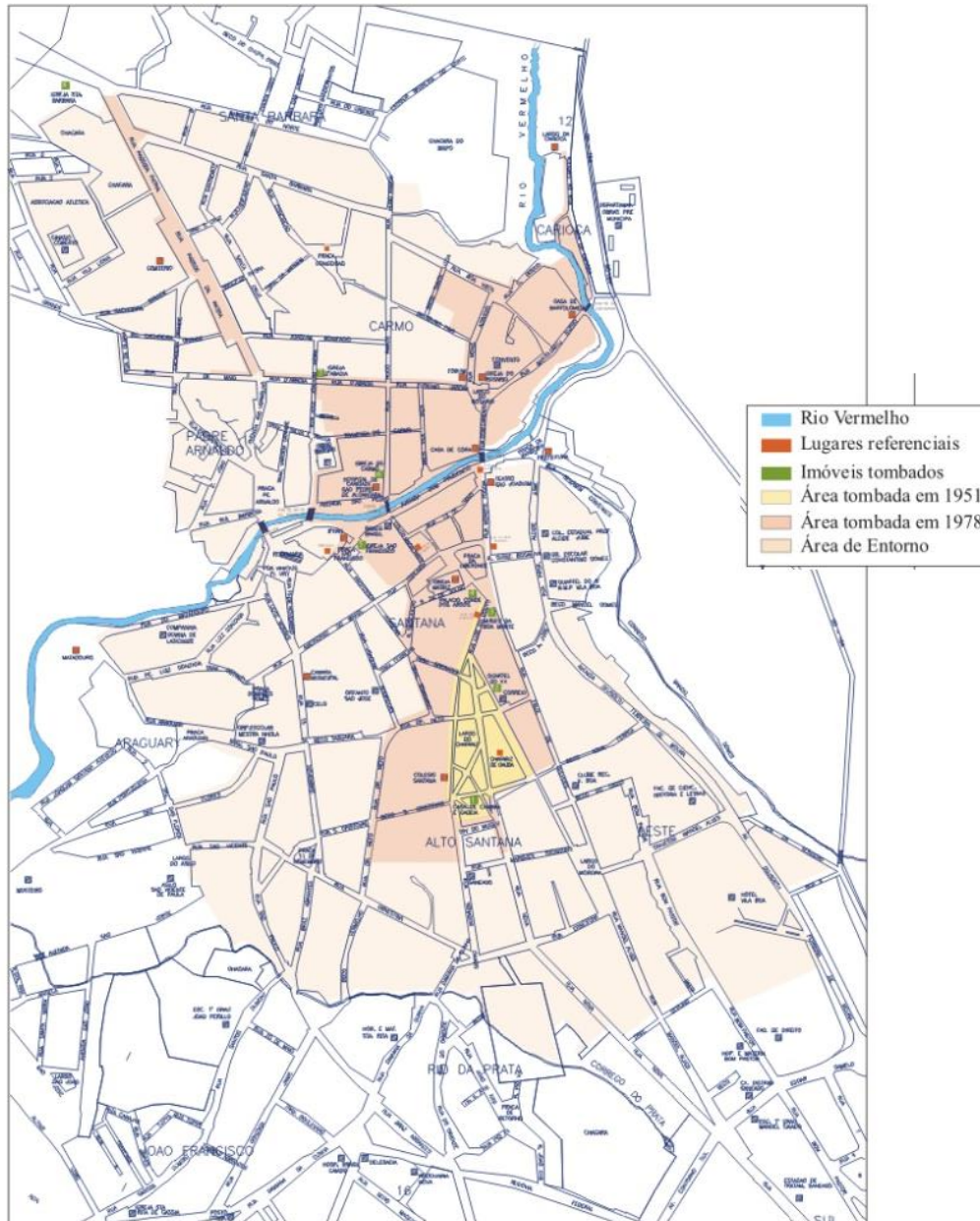


Figura 7: Imagem cartográfica - reconhecimento do entorno (editada).

Fonte: 17ª Sub-Regional do IPHAN (*apud* TAMASO, 2007, p. 506).

A luta pelo reconhecimento mundial da cidade tomou força quando os gestores citados anteriormente inscreveram a cidade como bem cultural na disputa pela nomeação como Patrimônio Cultural da Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Foi por meio do Dossiê de Goiás (1999), documento-monumento, que se buscou justificar a cidade como “lugar de memória” e atestar sua singularidade como sítio urbano.

Nesse documento há discursos diversos como maneira de enaltecer a cidade constituinte de bens culturais materiais, imateriais e naturais.

Para conseguir essa titulação é necessário seguir alguns critérios da UNESCO, além dos quesitos simbólicos. Um deles diz respeito à intervenção urbana. Como exemplo, impor que todo o cabeamento elétrico dessas áreas seja subterrâneo, despoluir o rio que corta a cidade - o Rio Vermelho - e fazer obras de restauração em todo o centro, como a recuperação das ruas de pedras, entre outros. Segundo Paes (2017) a UNESCO deixa claro que sem desenvolvimento local e renovação da infraestrutura urbana não há aprovação para o título de Patrimônio Mundial. Ou seja, a própria organização impõe uma recuperação desse centro para que se torne viável a candidatura, sendo plausível até inseri-la no discurso de contribuição à evolução da gentrificação nos diversos centros históricos.

Toda a mobilização em torno dessa titulação provocou algumas consequências para os moradores locais. Segundo Tamaso (2007, p. 460),

As práticas de *gentrification* tiveram início na cidade de Goiás já no fim do século XX, quando o governo do Estado de Goiás investiu na instalação da rede de esgoto e da fiação subterrânea (energia elétrica e telefonia). Posteriormente, vários foram os projetos de requalificação urbana financiados pelo Programa Monumenta/BID: 14 casas atingidas pela enchente, o Chafariz de Cauda, o Largo do Coreto, a Estrada Real. Em pauta estão o projeto de “Requalificação do trecho urbano do Rio Vermelho” e a requalificação do Mercado Municipal e seu entorno.

O centro histórico, que já não se caracterizava como bem comum, pertencente de toda a população da cidade, tornou-se mais singular ainda com toda essa intervenção feita a favor da inscrição desse sítio como patrimônio mundial. Delgado (2005) afirma que as outras áreas urbanas nem sequer foram problematizadas nos documentos destinados à UNESCO, confirmando a invisibilidade de vários bairros, e a desconsideração de demandas de parte significativa da população. Esse processo fortalece o discurso de segregação, de exclusão social, em que apenas quem mora no centro, os poucos que se mantiveram lá, usufruíam dos benefícios dessa titulação.

Em 2001, como resultado de todo trabalho em torno da titulação, a cidade foi contemplada e seu centro foi reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Ou seja, o centro histórico de Goiás se tornou um bem mundial, não a cidade em si, como muitos haviam pensado, como os agentes e os grupos dominantes fizeram entender.

O título de Patrimônio da Humanidade tem como referência as características de bens situados no centro da cidade, região que recebe toda a atenção das políticas públicas, enquanto os bairros, em maioria, mantêm-se à margem de benfeitorias (FRAGA, 2005, p. 24).

Fez-se necessário em 2004, pós titulação da UNESCO, uma rerratificação do perímetro de tombamento pela Portaria MinC nº 146/2004, em que são indicadas novas perspectivas de valores à visibilidade e paisagem cultural.

Na figura 8 (abaixo) é possível ver como foi a divisão das zonas após essa rerratificação. Defende-se no Dossiê de Inscrição que o tombamento pela UNESCO estenderia a proteção instituída pelo IPHAN, incluindo nela as áreas naturais, verdes, demonstrando o “cruzamento do discurso patrimonial com o discurso ecológico”, o que constitui um importante espaço de luta política na sociedade contemporânea, segundo Delgado (2005, p. 131). Assim foi feito.

Incluem-se como áreas verdes de proteção as chácaras, os morros Dom Francisco e Cantagalo e o outeiro de Santa Bárbara, áreas para as quais o parcelamento só poderá ser autorizado mediante apresentação de projeto específico e Estudo de Impacto Ambiental (OLIVEIRA, 2014, p. 88).

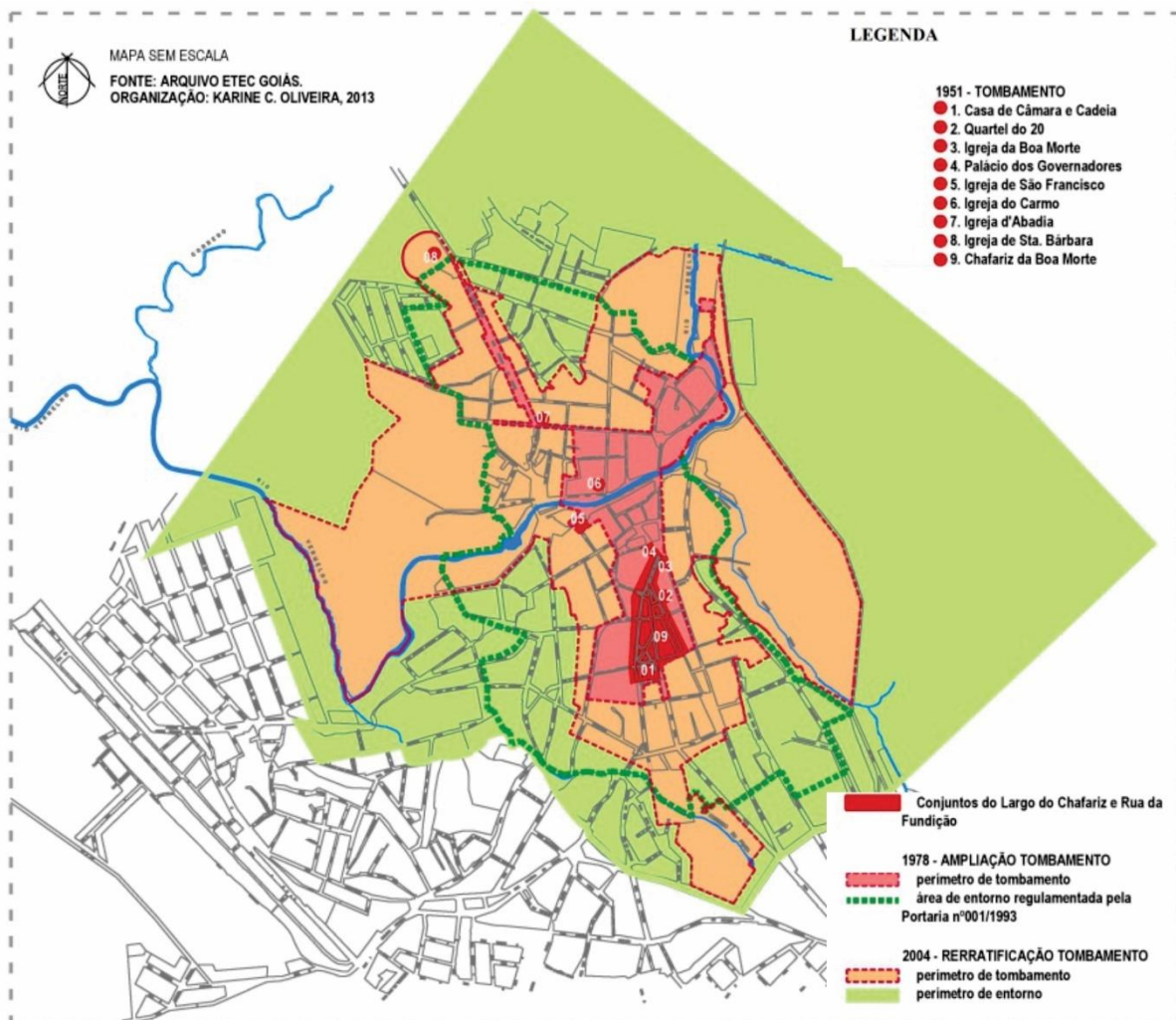


Figura 8: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás: delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno. (editada)

Fonte: (OLIVEIRA, 2014, p.134).

Fraga (2005) confirma o que foi dito anteriormente ao afirmar que a titulação, o reconhecimento, eram identificados como sendo resultado de uma “luta da comunidade vilaboense”, mas que, na verdade, seu estudo identificou que 92% da população pesquisada disseram não ter se envolvido nas atividades sociais correlacionadas ao patrimônio como instituição, “demarcando, assim, objetivamente o processo de exclusão simbólica inerente ao campo do patrimônio” (p. 20).

E essa condição de patrimônio reconhecido mundialmente pode trazer pontos positivos como negativos. Segundo Paes (2017), ao mesmo tempo em que o selo de Patrimônio Mundial da UNESCO valoriza a identidade (importância de seu legado) e a economia local, também pode ser um fator desarticulador da identidade ao atrair um número maior de turistas e atividades culturais, que atingem negativamente e diretamente esse centro.

Vale lembrar que, no mesmo ano, em dezembro, a Cidade de Goiás, mais precisamente seu centro, foi acometida por uma enchente, a segunda pior da história (TAMASO, 2007a), destruindo casas, pontes, ruas, mobiliários, relíquias e abalando memórias. Nesse contexto novas intervenções precisaram ser feitas, revitalizações, restaurações, em busca de recuperar parte do patrimônio perdido.

Tamaso (2007a) discorre bem o quanto esse acidente ambiental afetou não só o patrimônio material, os monumentos, mas principalmente o patrimônio pessoal, afetivo, das famílias que ali residiam. Muito se falava sobre recuperar os imóveis afetados, pouco se ouvia sobre as necessidades dessas famílias. Priorizaram o público ao privado, o coletivo ao familiar/pessoal.

Pode-se dizer que se aproveitaram desse momento para inserir políticas públicas que pudessem enaltecer certos símbolos da cultura vilaboense, que pudessem recuperar fachadas modernas que se modificaram com o tempo e deixá-las novamente coloniais em busca da imagem mercadológica, da paisagem de poder que Zukin (2000) descreveu, além de escolherem o que manter e o que demolir. Para Tamaso (2007^a, p. 205-206),

O título de patrimônio impôs abruptamente uma nova lógica comercial, que se baseava menos nas relações sociais, cristalizadas no decorrer das gerações, e mais na lógica do sistema mercantil. Já se podia, então, vislumbrar uma “paisagem de poder” sendo moldada em Goiás, em “torno da organização do consumo” da memória histórica (ZUKIN, 2000b, p. 109), cuja materialidade mais importante ainda residia no casario.

Via-se a contínua busca do consumo cultural, visual, agora global, em detrimento das necessidades e vontades pessoais dos grupos que ainda residiam naquele centro e/ou que vivenciavam o mesmo através de seus comércios.

Então, o recebimento de verbas governamentais aqui em Goiás pós titulação foi grande, principalmente com a enchente, o que ajudou a reforçar o carácter patrimonial local. As restaurações e revitalizações têm seu lado positivo, mas, se mal geridas, podem trazer consequências negativas, como aconteceu no Pelourinho (Salvador-BA) e em alguns outros centros históricos já citados.

Além do aumento (mesmo que gradativo) da atividade turística local, a valorização imobiliária cresceu com o título e com os processos de revitalização urbana e se tornou um dos pontos de exclusão social mais forte, até então, da população que não conseguem manter um bem patrimonial. Tamaso (2007, p. 454) mesmo afirmou que “o título de patrimônio valorizou sobremaneira as edificações, tanto em termos de venda, quanto de aluguel” e que houve uma mudança na lógica comercial, voltada para o sistema financeiro globalizado em detrimento das relações sociais, como citado anteriormente na discussão sobre a enchente de 2001. Ao mesmo tempo, a fiscalização e a preocupação por parte do poder público, principalmente o patrimonial (IPHAN e gestores do patrimônio local - OVAT) também aumentaram, ou seja, as limitações do proprietário sob o imóvel e a liberdade da população do centro histórico ficou comprometida.

Esse tipo de gestão gera sentimento de negação e afastamento das pessoas que habitam esse centro, criando muitas vezes um sentimento de rivalidade que na verdade não deveria existir, já que o tombamento acontece justamente para valorizar e conservar bens com valores culturais, sejam bens materiais como imateriais, a identidade e a memória, coisas que só acontecem com a presença dos moradores tradicionais. Rabello (2015, p. 7) afirma:

Se determinadas coisas são reconhecidas como portadoras de valores culturais, e se estes valores culturais são direitos coletivos públicos, logo elas – as coisas – devem ser preservadas (conservadas) para que os valores culturais, que são direitos coletivos, sejam passíveis de fruição pelos titulares desse direito: a população.

Um bom exemplo do uso dessa parcela urbana como atrativo turístico foi a criação, em 1999, do FICA - Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, realizado pela SECULT (Secretaria de Cultura do Estado de Goiás), antes mesmo de ser reconhecido pela UNESCO como sendo uma das estratégias utilizadas para que a titulação viesse. Esse festival mobilizou muitas pessoas, muitos turistas, e mudou o cenário e a dinâmica da cidade diante do patrimônio como visualidade por muito tempo (figura 9). Trata-se de um evento que aconteceu anualmente nesse centro histórico e atualmente teve sua programação interrompida, mas que afetou a dinâmica habitacional desse local também ao sujeitar os moradores locais, do centro, a conviver com essa demanda festiva.



Figura 9: Pessoas próximas ao Cine Teatro São Joaquim na Cidade de Goiás, durante o XIX FICA.

Fonte: Foto – Bruno Peres/Photo Agencia (site Fotos Públicas).

Se for comparar o dia a dia desse centro com os dias de épocas festivas, é possível ver muitas dessas casas que antes se encontravam fechadas, com alguma movimentação. O problema é que nem sempre esses imóveis são realmente zelados como deveriam. Nem sempre os proprietários são pessoas pertencentes à identidade e à memória original do local, e não sentem a importância que o imóvel e esse centro têm em seu conjunto.

A luta em favor de firmar uma memória, de atrair olhares, é a busca da visualidade e da visibilidade do centro histórico, em que a imagem faz parte fundamental da estratégia de fruição cultural. Hoje, com o mundo mais visual, o interesse em mostrar e contar histórias é cada vez maior, e a Cidade de Goiás não se exclui desse processo.

A arquitetura colonial local, os casarios e os grandes monumentos e as diversas festividades são atrações que contam histórias, vestígios de um passado considerado grandioso, de exploração e de muita riqueza. Por isso os bens materiais e imateriais de Goiás são tão importantes para manter o prestígio conquistado de cidade patrimônio, cidade memória e antiga capital. Porém, a imagem que é transmitida muitas vezes esconde a história por detrás dela, ou até mesmo esconde os principais grupos constituintes da identidade local e seus valores.

Com o título da UNESCO passou-se a valorizar o turismo e o espetáculo em detrimento da habitação, da vivência desse centro histórico e dos valores simbólicos. E essa alteração habitacional do centro histórico de Goiás é perceptível a “olho nu” por qualquer um que se dispuser a caminhar por entre as ruas desse tecido urbano. Há, se for considerado todo o

centro, alguns imóveis com uso alterado, outros fechados diariamente e alguns em ruínas, demonstrando que essa titulação agravou as modificações na estrutura urbano-social desse tecido.

Para além do patrimônio, Lucas (2021) vem defendendo outro viés, outra justificativa a esse vazio no centro histórico de Goiás, e está relacionado à expansão imobiliária já citada como problemática na introdução. Tem sido criado na cidade novas centralidades e novos bairros na periferia, o que ele chama de zona de expansão, investimentos que atraem a população e geram a dispersão da mesma. O mesmo autor faz questionamentos sobre essas ações ao constatar que há um crescimento territorial do perímetro urbano, porém, ao mesmo tempo, tem-se um vazio habitacional na área mais importante da cidade (centro histórico). Fora essa problemática, ele ainda aponta que existe um “descompasso entre o crescimento territorial e a dinâmica populacional” (p. 5) já que a população veio diminuindo nas últimas duas décadas:

A densidade urbana caiu de 35,5 para 24hab/ha, nas duas últimas décadas, em outras palavras, a cidade cresceu e a população diminuiu, o que leva ao questionamento do caráter desse crescimento especulativo de discutível sustentabilidade ambiental e econômica do ponto de vista das infraestruturas e serviços urbanos do município. Ou seja, no que tange a gestão do território urbano isso mostra que há menos contribuintes para pagar um território maior. Outros possíveis impactos são: o despovoamento do Centro Histórico; a baixa densidade de bairros antigos e novos, gerando insegurança; imóveis vazios ou subutilizados e maiores deslocamentos entre moradia, emprego, saúde, lazer etc (LUCAS, 2021, p. 7-8).

Então, é possível ver que o problema é muito maior e vai além da política patrimonial, abrangendo toda a política urbana da cidade ou a falta efetiva desta.

1.1 Levantamento de dados: casas desabitadas no centro histórico

Conforme visto anteriormente, a Cidade de Goiás não é mais um bem cultural apenas dos vilaboenses. É um bem cultural mundial. Sua conservação e manutenção depende de seus habitantes como portadores de memória e identidade e dos gestores no âmbito mundial, federal, estadual e municipal como investidores e agentes patrimoniais.

Faz-se necessário valorizar a presença dos habitantes locais nesse centro, porque são eles quem realmente o mantém com vida, por tratar-se de um tecido vivo urbano. Todo investimento, toda política pública são consideráveis para que se garanta esse espaço urbano em bom estado de conservação, mas ele não passaria de mero cenário a ser contemplado e visualizado se for esquecido os reais protagonistas: a comunidade.

Jeudy (2005, p. 81) já defendia que “a cidade excede a representação que cada pessoa faz dela”. Ou seja, as pessoas precisam reconhecer a cidade como seu espaço,

principalmente esses centros históricos. O mesmo autor diz que “para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura”.

Veloso (2010) não deixou de afirmar a importância da arquitetura também como mantenedora e transmissora da história, mas que a sensibilidade, a apreensão cognitiva que de fato dá sentido a essa memória:

Assim, diante da inevitabilidade da morte - o esquecimento - o passado gruda nas cores e formas das paredes das casas, nos descascados dos muros, nas histórias de vida, no limo dos monumentos, no traçado das ruas, nos artefatos criados, narrando uma história pulsante de nossa humanidade.

Por outro lado, esses registros/vestígios demandam visibilidade e sensibilidade, ou seja, apreensão cognitiva, criação de sentidos, interpretação e crítica (VELOSO, 2010, p. 2483).

Sabe-se que o visual, a imagem, a monumentalidade vendem muito, e é nesse ponto que o poder público, os agentes privados procuram investir com a revitalização e com a ressignificação do espaço. O que não é errado. A venda da imagem, da cidade-cenário, alavanca diversos comércios, porém não resolve a questão habitacional. Eis aí um dos maiores problemas da gestão patrimonial, segundo Jeudy (2005). Por um lado, o patrimônio não deve ser tratado como produto de marketing, mercadológico, por colocar em risco seu poder simbólico; por outro, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização.

Como já foi dito, depois de todo estudo do estado da arte, vê-se a possibilidade do processo de gentrificação já atingir o centro histórico da Cidade de Goiás, após titulação da UNESCO de Patrimônio Cultural Mundial em 2001. Porém, a situação atual de Goiás tem mostrado outras justificativas viáveis que não são de fato característicos de um processo de *gentrification*.

É visível a quantidade de imóveis fechados, seja por abandono ou por não serem habitados diariamente, e até mesmo imóveis com usos diferentes do original e o quanto a estrutura urbana se modificou, principalmente com as diversas ações de intervenção nesse centro. Sejam ações para recuperar imóveis em decadência, sejam ações com a intenção de mascarar uma história e uma autenticidade¹, ou ações em favor do patrimônio urbano geral (OLIVEIRA, 2016).

¹ Questões abordadas na tese de Oliveira, 2016.

Muitos projetos de nível federal de revitalização já atuaram no centro histórico de Goiás, tendo como principais o Programa Monumenta (1999-2012) e o PAC - Cidades Históricas (2015-2018), que no geral tiveram resultados interessantes relacionados às diversas obras de restauração, mas vê-se a necessidade de ações mais pontuais referentes ao poder público municipal e até mesmo ao IPHAN, que tem um escritório sede na cidade, voltadas ao planejamento urbano e à habitabilidade local.

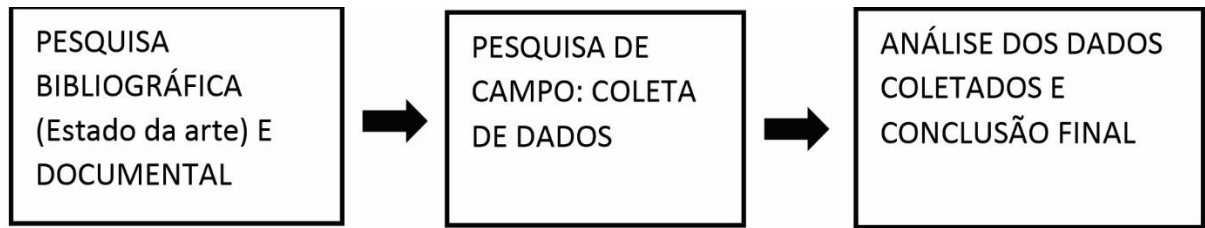
Mesmo toda a articulação e eficiência apresentada pela Prefeitura e Iphan na execução das obras do PAC Cidades históricas não possibilitaram a retomada do planejamento e efetivação de mais uma das diretrizes do projeto que era considerar, dialogar e propor soluções capazes de integrar as políticas públicas, e integrar-se com os planos e os programas elaborados em nível local, regional, estadual e federal (Lei Orgânica; Plano Plurianual -PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Orçamento Participativo; Planos setoriais; Plano Diretor (LUCAS, 2021, p. 9).

Por isso o objetivo desta pesquisa foi gerar dois bancos de dados. Neles foram possíveis catalogar as edificações/imóveis fechados no centro histórico de Goiás, no recorte espacial definido para pesquisa, tendo como fio condutor a pesquisa de campo, em que foram levantados os dados referentes a essa problemática, buscando assimilar e afirmar essa falha habitacional no centro histórico de Goiás, comprovando assim a mudança populacional.

Os programas de banco de dados escolhidos para gerar os produtos dessa pesquisa foram: ArcGIS Map e o Microsoft Access. O ArcGIS é um software de mapeamento, utilizado para criar o mapa com os dados da pesquisa, no caso, para vetorizar os imóveis que estão fechados e são inabitados no polígono estudado, enquanto o Microsoft Access foi utilizado para registrar uma Ficha Técnica desses mesmos imóveis. A ficha técnica tem imagens fotográficas e descrições físicas que contextualizam essa realidade. Esses imóveis foram georreferenciados. Trata-se de importantes documentos que comprovarão o estudo dessa pesquisa, e ao mesmo tempo possibilitarão a comparação em futuros estudos, que deem continuidade nessa análise. Todos os mapeamentos desenvolvidos estão presentes no decorrer do texto e também no apêndice, ampliados, para melhor visualização e estudo.

Para comparações, foram utilizados os dados disponíveis no Dossiê de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001, principalmente o mapa cartográfico referente aos equipamentos urbanos, e também foram usados os dados obtidos por Lucas (2021) relacionados à expansão imobiliária e à quantidade de imóveis vazios na cidade.

Quanto às técnicas e aos procedimentos metodológicos: a pesquisa foi desenvolvida seguindo as seguintes etapas:



Quadro 3: Diagrama de etapas de pesquisa.

FONTE: Elaborado pela autora: CAMPELO, A.F.

1- Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico (Estado da arte), principalmente no que tange ao termo *gentrificação* ou *gentrification*, base do estudo dessa pesquisa. Foi necessário contextualizar também sobre políticas públicas voltadas ao patrimônio, assim como as práticas de preservação e em particular diversos estudos relacionados à Cidade de Goiás. Foram utilizados como base produções científicas, livros e mídias digitais.

2- Posteriormente, deu-se início à pesquisa de campo (primeiro semestre/2021), que se trata do levantamento/coleta de dados no centro histórico da Cidade de Goiás, que tem como instrumento o Método Quali-Quantitativo, já que envolve critérios sociais e números. Ou seja, a junção dos dois métodos possibilitou entender a realidade através da pesquisa empírica e quantitativa. Foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa de dados: a observação, a entrevista e as fotografias.

Nessa pesquisa, para o levantamento de dados, foi necessário fazer um recorte espacial (figura 10), ou seja, definir um polígono, por tratar-se de um dos maiores centros patrimoniais em extensão, com superfície em torno de 132,5 ha (RAMIRES *et al*, 2018) e pelo fato da situação de pandemia (COVID-19), que impossibilitou a realização de um longo trabalho de campo.

A pesquisa, primeiramente, foi por meio da observação, em que se analisaram visualmente os imóveis que estão inabitados, fechados ou em risco pelo mau estado de conservação, para então fazer uma entrevista com vizinhos que pudessem ser capazes de esclarecer dúvidas a respeito dos donos desses imóveis, se são utilizados apenas esporadicamente, se há a manutenção adequada, entre outros.

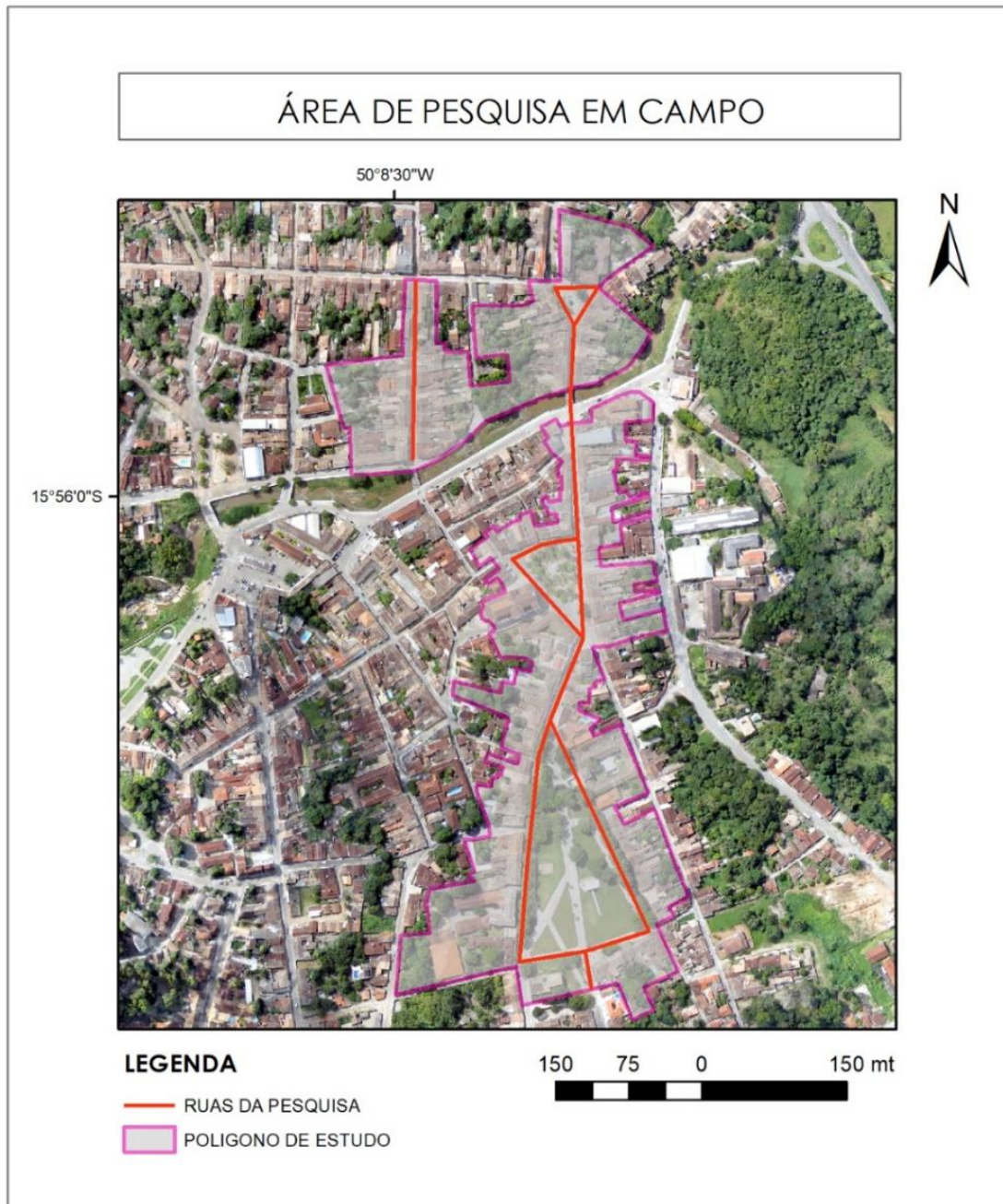


Figura 10: Demarcação do polígono e das ruas que foram escolhidas para a pesquisa de campo.
FONTE: mapa desenvolvido pela autora: CAMPELO, A.F.

A entrevista com a vizinhança local da área de estudo aconteceu seguindo a técnica semiestruturada, caracterizada por ter um guia previamente preparado que serve de eixo para a entrevista, mas não exige uma ordem rígida nas questões e possibilita manter um elevado grau de flexibilidade na exploração destas. Não houve gravação de voz, nem registro de imagens das pessoas entrevistadas.

Segundo Carneiro (2014), a entrevista é uma importante técnica ao completar a coleta de dados em pesquisa científica, pelos informantes, por meio de suas opiniões ou ponto de vista.

Seguindo as diretrizes de proteção necessária ante a pandemia, a abordagem foi cautelosa, mantendo o distanciamento necessário, disponibilizando álcool em gel, e também respeitando a privacidade do mesmo, seguindo os seguintes passos:

- Identificação da instituição de ensino (UEG).
- Identificação do pesquisador.
- Apresentação da pesquisa, demonstrando a importância dos resultados.
- Início das perguntas.
- Anotação de todas as informações importantes (anotação simultânea).
- Fim da entrevista com clima de cordialidade e agradecimento.

As perguntas semiestruturadas da entrevista foram feitas de forma espontânea, seguindo a seguinte base:

1- Qual é a situação atual do imóvel “x” ao lado? Há alguém habitando-o no momento?

2- Se não, caso saiba, quem são os proprietários? Com que frequência a utilizam? Em quais épocas do ano?

3- Há alguma manutenção periódica? Há alguém responsável por ela nesse período em que se encontra fechada?

4- Há mais algum imóvel por perto que se saiba estar nessa mesma situação? Quais? (se sim, repetir as perguntas anteriores).

5- Qual a sua opinião sobre o estado atual desses imóveis fechados? Afeta de algum modo a sua vivência nesse centro histórico?

As fotografias, nesta pesquisa, tornam-se provas da realidade dos imóveis fechados e/ou abandonados, por isso é uma técnica importante. Um grande número destes se encontram deteriorados, em estado de conservação ruim, o que é um problema para sua preservação. Assim, órgãos públicos como o IPHAN ficam cientes dos números e da situação para tentar buscar soluções. As fotografias são registros que suportam o passar dos anos e podem ser utilizadas futuramente para novas comparações e estudos.

Para finalizar, após coleta de dados, foi feita a análise da montagem dos bancos de dados, que possibilitaram a conclusão final dessa pesquisa e a verificação da hipótese da existência do processo urbano chamado gentrificação na Cidade de Goiás.

1.2 Os resultados alcançados

Após o levantamento de dados em campo para a criação dos Bancos de Dados, fez-se importante a análise das informações colhidas para que se chegasse aos resultados de fato dessa pesquisa. Todos os dados presentes nesse relatório compõem-se tanto do Banco de Dados do ArcGIS Map, quanto do Banco de Dados do Microsoft Access.

Foi escolhida para a pesquisa uma parte da malha urbana central de Goiás. Levando-se em conta o núcleo original da cidade e o eixo estruturante da ocupação da antiga Vila Boa, optou-se por considerar os dois largos principais (Largo do Chafariz e Largo do Rosário) e a praça central (Praça do Coreto) como pontos determinantes para definir esse polígono de estudo. Somada a essa área, foi escolhida a Rua do Carmo e parte da Rua Hugo Ramos como outro logradouro a ser estudado por conter, em sua quase totalidade, imóveis de uso residencial (figura 11).

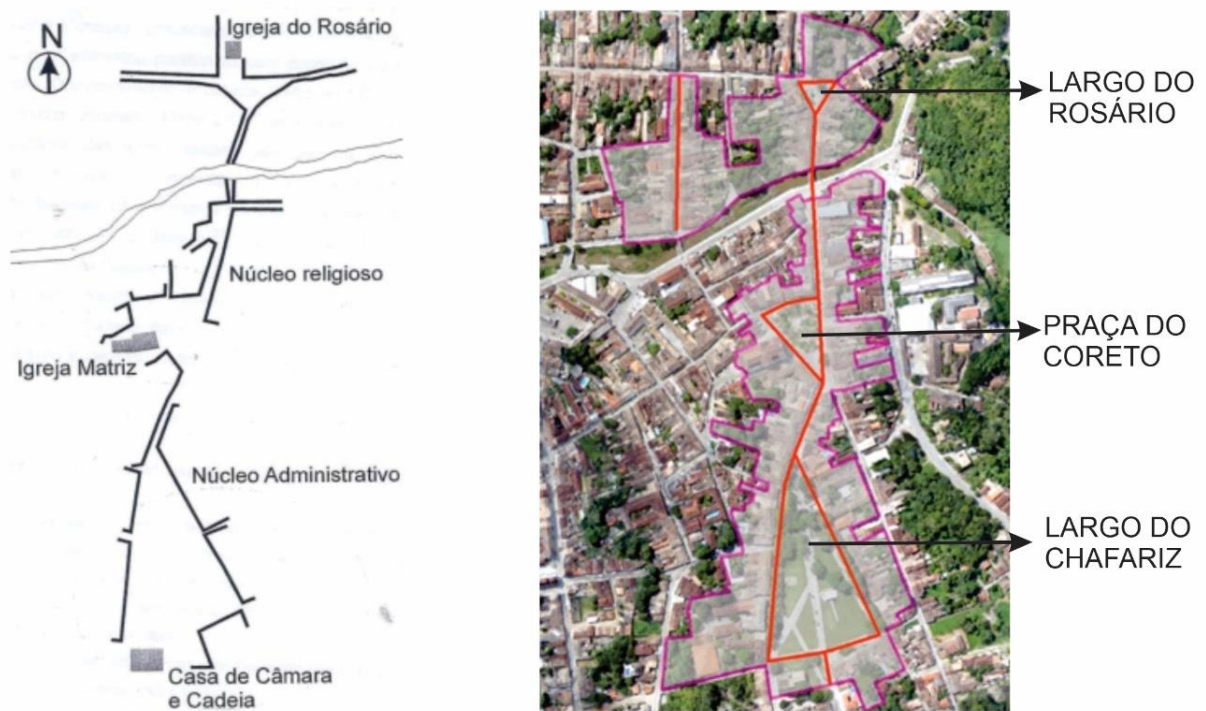


Figura 11: Estrutura urbana dos espaços de poder e o Polígono de Pesquisa desse relatório.

FONTE: MARTINS, 2004, p. 48 *apud* OLIVEIRA, 2014. Polígono desenvolvido pela autora.

Após a definição da área de pesquisa, foi feito um estudo comparativo quanto aos tipos de uso existentes nessa área no momento, ou seja, quais são os equipamentos urbanos presentes nesse espaço, levando em consideração o Mapa de Equipamentos Urbanos do Dossiê de Goiás (1999). Essa comparação se faz importante pelo fato de que uma das características

da gentrificação é exatamente essa alteração na composição espacial urbana, principalmente na alta instalação de serviços pensando no mercado cultural turístico (LEITE, 2010).

Foi citada anteriormente Salvador-BA como exemplo de centro histórico gentrificado que passou por intervenções que resultaram numa grande alteração de usos dos imóveis residenciais para suprir a necessidade mercadológica do turismo no Pelourinho, ou seja, boa parte dos imóveis residenciais deram lugar a lojas, souvenirs, bares, restaurantes e a usos culturais. “Os centros urbanos brasileiros tiveram projetos de revitalização com a proposta de permanência da população local, mas quando esses espaços revalorizados se transformam em ponto turístico passaram a ter caráter mais comercial do que residencial” (SILVA, 2008, p. 87).

Seguem abaixo os dois mapas para comparação:

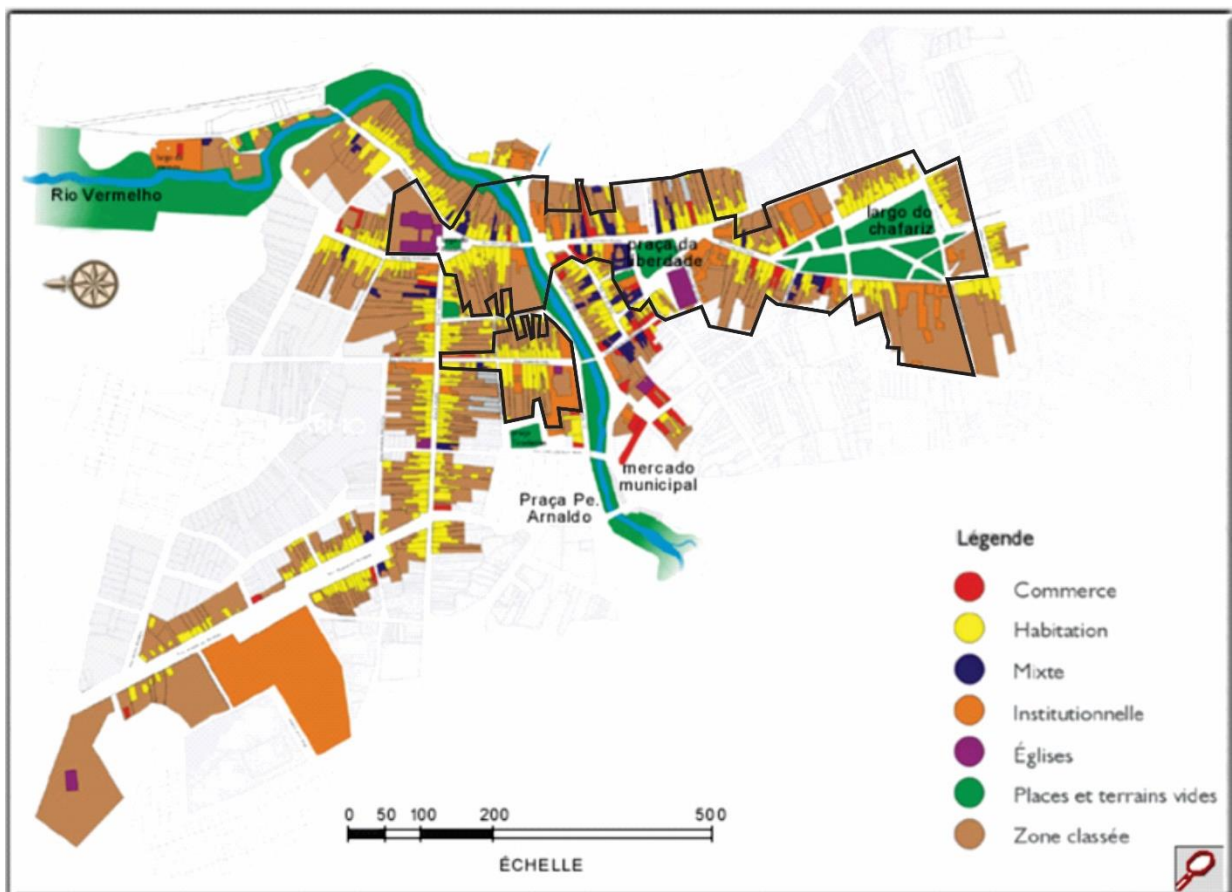


Figura 12: Mapa de Equipamentos Urbanos - 1999 e delimitação do perímetro de estudo dessa pesquisa (preto).

FONTE: Mapa extraído do Dossiê de Goiás (1999) e editado pela autora.

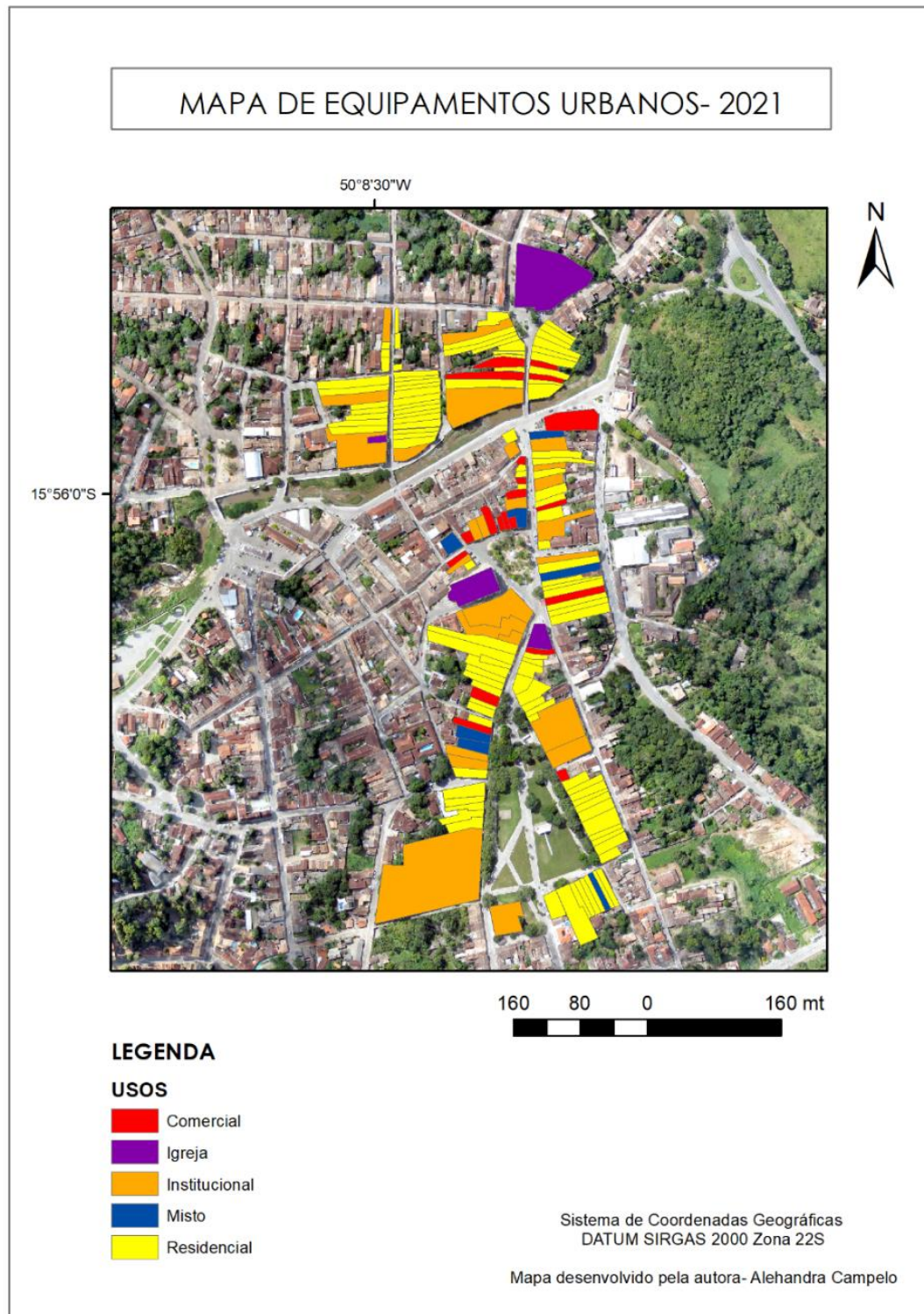


Figura 13: Mapa de Equipamentos Urbanos - 2021.

FONTE: elaborado pela autora, CAMPELO,A.F.

Comparando os dois mapas (figuras 12 e 13) e considerando apenas o perímetro de estudo dessa pesquisa, é possível ver que pouco se alterou no uso do solo nessa parte do tecido urbano histórico. Em 1999 foram contabilizados em torno de 10 edificações destinadas ao uso

comercial e 130 edificações residenciais, sendo 17 destas de uso misto (residência e comércio) e 20 edificações destinadas a instituições. No mapa de 2021 são contabilizados 18 imóveis comerciais e 114 imóveis residenciais, sendo 9 de uso misto, e 26 imóveis institucionais. No quadro abaixo (quadro 4) é possível visualizar esses números em tabela e também ver qual é a diferença, a quantidade de imóveis que mudaram de uso. Por exemplo, de 10 imóveis comerciais em 1999, hoje, em 2021, há 18 imóveis comerciais na mesma área, o que corresponde a uma diferença para mais de 8 imóveis entre os anos em estudo.

USOS	1999	2021	DIFERENÇA
Comercial	10	18	+ 8
Residencial	113	105	- 8
Institucional	20	26	+ 6
Misto	17	9	- 8

Quadro 4: Quantitativo de imóveis e usos.

FONTE: Elaborado pela autora: CAMPELO, A.F.

Ou seja, diante os quase 20 anos de reconhecimento como Patrimônio Mundial não houve uma extensa alteração de usos e nem alteração urbana nesse recorte temporal. Aumentou-se a quantidade de imóveis institucionais e comerciais, porém não são números expressivos, visto que a quantidade de imóveis residenciais ainda permanece alta. Tamaso (2007) diz que o título de patrimônio impôs uma lógica comercial e houve uma pressão exercida sobre os proprietários das casas por órgãos públicos e privados que queriam comprar alguns dos imóveis pensando no usufruto cultural e mercantil, principalmente na Rua Dom Cândido. Porém, poucos cederam às investidas.

Segundo a mesma autora (2007, p. 210), a “maior parte dos proprietários de Goiás ainda resiste ao valor de mercado aplicado aos seus patrimônios privados”, na busca de manter o valor simbólico, de ordem afetiva, em detrimento da fruição cultural e dos valores mercadológicos.

Sabe-se que um dos objetivos dos gestores na busca do reconhecimento mundial da Cidade de Goiás se deu em prol do desenvolvimento cultural e do mercado turístico. Muitos dos investimentos foram feitos com a intenção de inserir o mercado cultural, de desenvolver a

economia turística, mas esses dados demonstram que não houve uma evolução considerável nesse quesito. Segundo Lucas (2021, p. 4):

- 2001 – aos dias atuais (2020) | **Patrimônio Cultural da Humanidade** – o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (2001) ajuda a cidade de Goiás a se transformar em um pólo-microrregional concentrando uma série de serviços estaduais e federais como as IES (UEG, IFG e UFG). Projetos de âmbito Federal e Estadual também foram voltados para a cidade como: PAC Cidades Históricas, PMCMV, REUNI, Ambulatório de Especialidades Médicas etc. Mas a economia voltada aos serviços e turismo não decola e continua estagnada e a população continua diminuindo (sublinhado pela autora).

O mesmo autor utiliza dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao censo de 2010 para demonstrar esse vazio habitacional na cidade e, conseqüentemente, no centro histórico de Goiás, contabilizando, na época, quase 200 imóveis (vários usos) não ocupados:

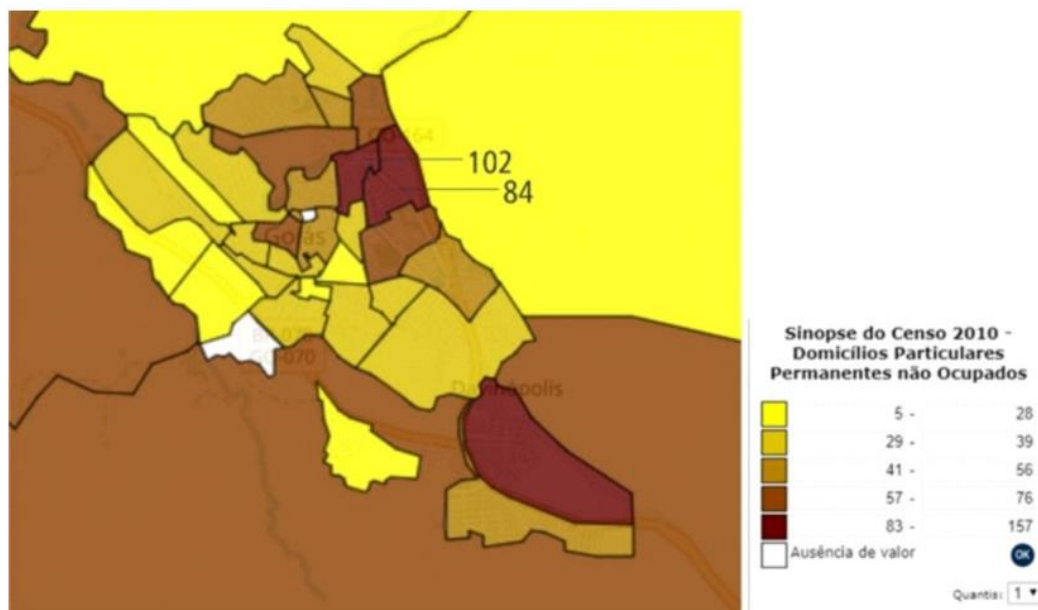


Figura 14: Domicílios particulares permanentes não ocupados (Cidade de Goiás).

FONTE: IBGE, Censo 2010 apud LUCAS (2021).

Com esses dados, surge um questionamento, uma contradição ao tema da pesquisa: como o centro histórico se encontra vazio, no quesito habitação, com essa quantidade de imóveis residenciais?

Antes de procurar responder, vale lembrar que esse estudo busca contabilizar a quantidade de imóveis que se encontram fechados nesse recorte urbano. Imóveis que não são utilizados diariamente, em que não há habitantes, mesmo que se mantenha seu uso como residência. Apesar de não ter sido possível desenvolver a pesquisa em campo de toda a Área

Tombada, os dados finais do polígono estudado são suficientes para comprovar a situação atual de todo o centro histórico com relação a habitabilidade.

Conforme registrado no mapa abaixo, desenvolvido no ArcGIS, na pesquisa em campo foi constatado que 49,12% dos imóveis residenciais dessa área encontram-se fechados. Ou seja, nesse cenário (figura 15), há 56 imóveis residenciais inabitados, fechados, diante o total de 114 imóveis residenciais e mistos levantados no polígono definido.

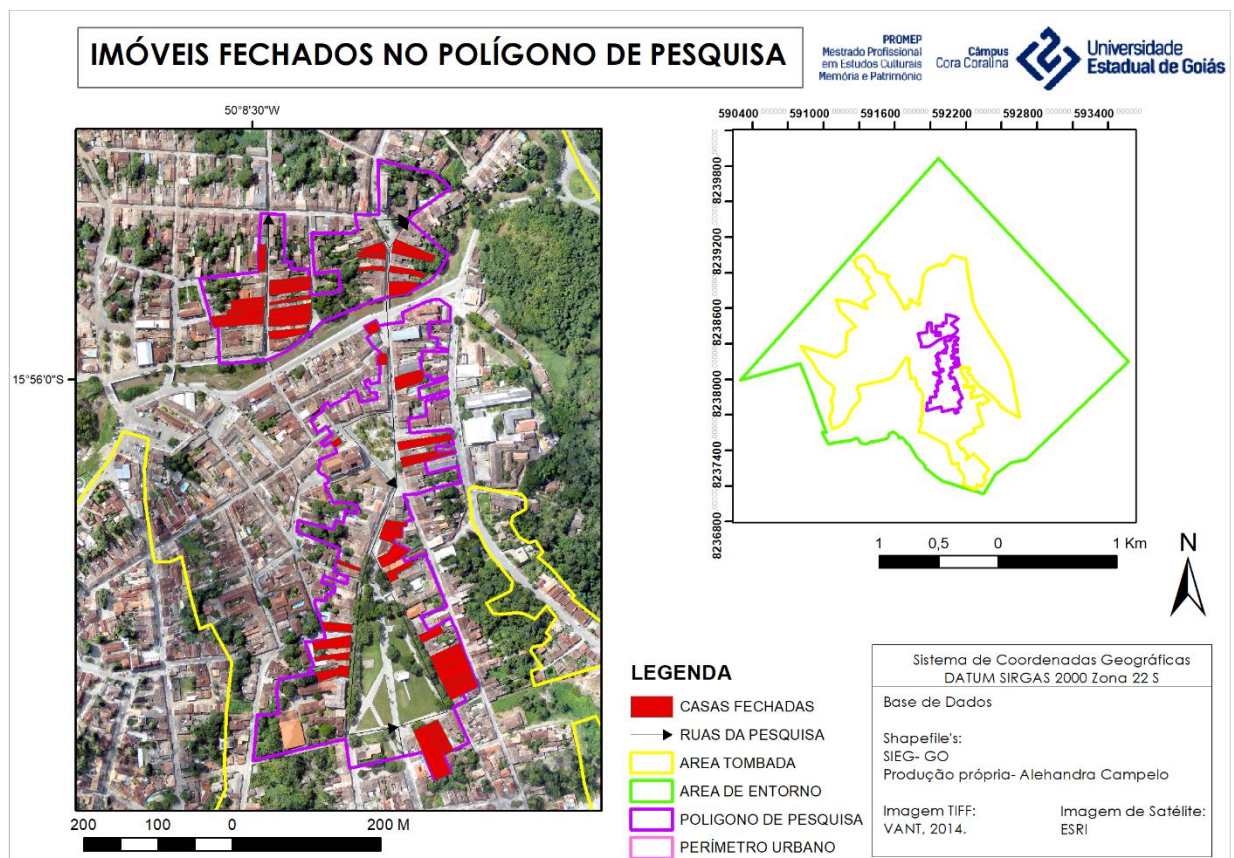


Figura 15: Mapa de Imóveis Fechados no Polígono de estudo- 2021.

FONTE: elaborado pela autora, CAMPELO, A.F.

Comparando os mapas de usos urbanos com esse índice de imóveis fechados vê-se que não houve uma alteração expressiva nos usos e equipamentos, que há uma grande quantidade de imóveis residenciais, porém, em contrapartida, quase metade desses imóveis estão sem habitabilidade, sem moradores fixos. Ou seja, a densidade demográfica nesse espaço está baixíssima. É um centro histórico valorizado economicamente e culturalmente, mas não valorizado como espaço de moradia, como área possível de ser vivenciada e utilizada para habitação.

Conforme visto, o levantamento de dados foi feito na parte central dessa Área Tombada, nas principais ruas do centro histórico, em que se encontram as principais instituições da cidade, como bancos, museus, igrejas, cartórios, entre outros. Deveria ser o núcleo com maior habitabilidade ou com maior fruição cultural no sentido mercadológico. E não se percebe nenhuma dessas realidades.

A pesquisa possibilitou, por meio das entrevistas com vizinhos, saber as condições desses imóveis, seguindo o questionário exposto no Item 1.2. Então toda a pesquisa se baseia nas fontes orais das pessoas que foram entrevistadas e na observação da situação física desses imóveis.

Nas entrevistas feitas com os vizinhos das residências fechadas, procurou-se saber a situação dos imóveis, quem são os proprietários, com que frequência os utilizam e se são bem zelados. Em sua grande maioria, quase que totalizadora, os imóveis pertencem a pessoas que não moram na cidade. Porém, entra em cena a singularidade local já discutida por Tamaso (2006, p. 207):

A casa em Goiás é prova tangível da precedência, resistência e durabilidade de muitas famílias. Herança paradigmática, as casas de família figuram como elos entre gerações no espaço urbano, tornando ainda mais densa a relação entre família e lugar. Não se herda o objeto apenas, mas uma obrigação.

Ou seja, a singularidade se refere ao fato de que as famílias tradicionais da cidade tendem a manter o imóvel como herança de um passado tão importante e principalmente como herança identitária, como “lugar de memória” (NORA, 1993), levando em consideração o simbolismo por detrás dessas edificações. Para Britto (2014, p. 980)

[...] o patrimônio consiste em um processo de formação identitária, de instituição de solidariedades e de promoção de laços de afeto a partir de/entre os bens, possibilitando tecer redes de afinidades para além das margens metodológicas e institucionais a que historicamente foram destinados.

Na Rua do Carmo, é possível visualizar no mapa, que a grande maioria dos imóveis dessa rua encontram-se fechados. Eles são praticamente em sua totalidade pertencentes aos *filhos de Goiás*, aqueles vilaboenses (nascidos na cidade) que não mais residem, ou aqueles que não nasceram, mas são filhos de famílias tradicionais locais (TAMASO, 2006), que herdaram as propriedades e as mantêm pelo valor simbólico e afetivo e para usufruírem em temporadas de festas, feriados e alguns fins de semana.

Diante do cenário atual, de pandemia, constatou-se, segundo entrevistas, existirem residências que estão há pelo menos 1 (um) ano sem ser utilizadas. Outras ficaram abertas por

meses sendo habitadas enquanto havia o *lockdown*² e a obrigatoriedade de *home office*³, revelando que muitas famílias se aproveitaram desse momento frágil para se conectar com suas raízes e descansar em uma cidade considerada por muitos como pacata.

No quesito conservação, manutenção e aspecto físico dos imóveis, foi elaborada a Ficha Técnica, em que foram analisados esses imóveis fechados e suas patologias visíveis (“doenças” da edificação). Nesse banco de dados há informações como: endereço, geolocalização, estado de conservação, patologias e fotografias.

As patologias são referentes aos danos presentes nas edificações, visíveis ou não (estruturais), e que denunciam a falta de cuidado e a necessidade de intervenção. No caso dessa pesquisa, foram constatadas apenas as patologias visíveis nas fachadas das edificações, algo não menos importante que o todo. Segundo Carvalho (2016, p. 24) “[...]as fachadas são componentes de destaque em uma construção, pois além de ser importante[s] na proteção das edificações é[são] o elemento que define a estética da obra”. Lembrando que as fachadas estão diretamente ligadas à política voltada a atração turística, ao mercado cultural, sendo de extrema importância a sua devida manutenção e cuidado. Sant’Ana (2017) chama de cidade-atração essa concepção de patrimônio urbano que privilegia as “fachadas, a cenografia urbana” (p. 153).

As fachadas se tornam denunciadores do estado de conservação das edificações por se tratar da parte mais visível. Se o imóvel foi considerado em mau estado de conservação analisando-se a fachada, significa que internamente a situação é semelhante, se não for pior. E a falta de cuidado e conservação compromete não somente o bem patrimonial particular, mas também todo o conjunto urbano histórico do qual ele faz parte, e principalmente afeta a preservação dos signos patrimoniais, da memória e identidade presentes nesse contexto urbano.

Os imóveis históricos possuem suas peculiaridades na construção que não podem ser analisadas como uma edificação comum, tornando muitas vezes sua manutenção e preservação mais complexas, trazendo custos adicionais e dificuldades na execução de reparos e restaurações. Em consequência, aos problemas encontrados para realização de manutenção de prédios históricos, surgem as patologias, normalmente ocasionadas ao longo do tempo, pelo atingimento da vida útil da estrutura (CARNEIRO *et al*, 2018, p. 1).

² *lockdown* – De acordo com decreto de cada município, para-se a cidade, exige-se confinamento para evitar a propagação do vírus.

³ *home office* - trabalho remoto em casa. (Aportuguesamento de palavras em inglês. O termo mais apropriado seria *remote work*.)

No Dossiê de Goiás (1999) há dados sobre o estado de conservação dos imóveis no centro histórico naquele ano. Segundo o mesmo, os edifícios públicos e religiosos estavam em bom estado de conservação, diferentemente das residências particulares, em que 30,60% das edificações se encontravam em mau estado de conservação (figura 16).

Apesar dos dados apresentados nessa pesquisa não serem referentes a todo o polígono da Área Tombada de Goiás, a comparação é viável também nesse caso ao levar em consideração a grande quantidade de imóveis fechados no polígono de estudo.

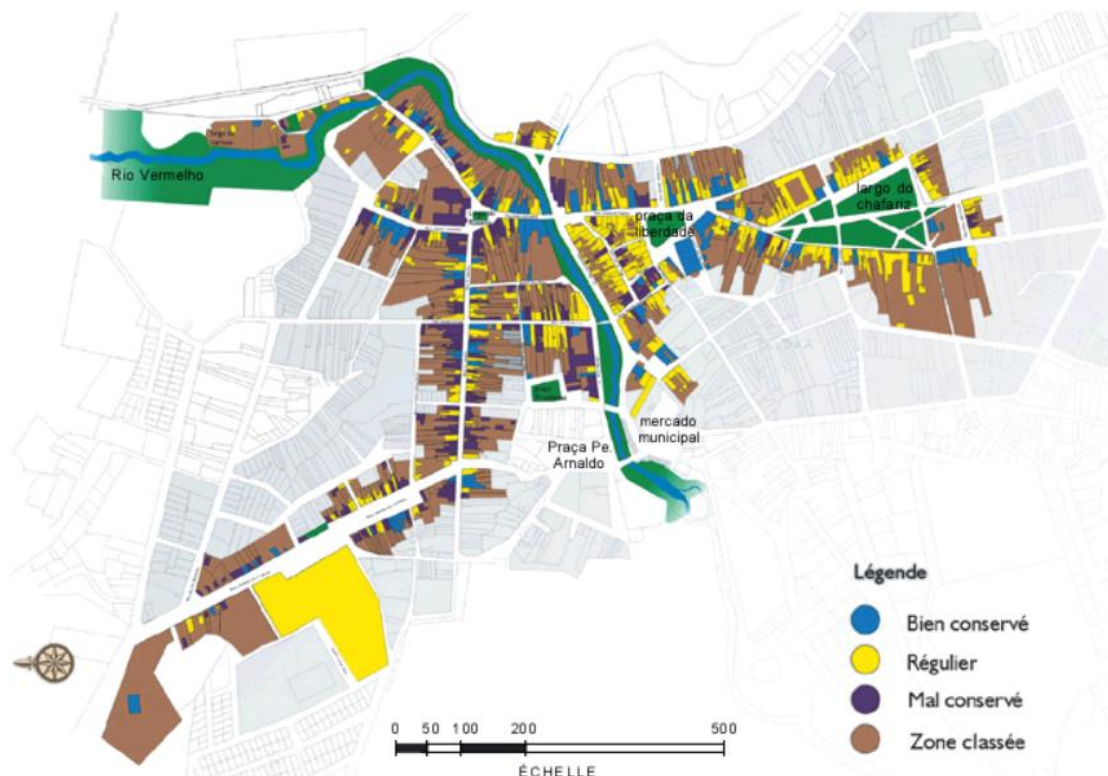


Figura 16: Mapa de Estado de Conservação das edificações.
FONTE: Mapa extraído do Dossiê de Goiás (1999).

Para a pesquisa, optou-se por analisar o estado de conservação dos imóveis fechados em: ótimo, bom, regular, ruim, sendo as duas últimas referentes aos imóveis malconservados, que possuem mais patologias e problemas físicos. Hoje, no polígono de pesquisa, de acordo com a Ficha Técnica gerada, constatou-se que 46% dos imóveis residenciais fechados, inabitados estão nas faixas entre regular e ruim estado de conservação. Em contrapartida, 21% dos imóveis estão em ótimo estado de conservação.

Esses dados mostram que, possivelmente, hoje em dia há em toda a extensão do centro histórico de Goiás uma quantidade de imóveis residenciais em mau estado de conservação maior que no ano 1999. Se uma pequena parcela (polígono de estudo) já demonstra esse aumento no índice, então no contexto geral o índice tende a ser maior também, o que é preocupante. A titulação da UNESCO que deveria ser um estímulo na manutenção desses imóveis, por algum motivo, que não vem ao caso desse estudo, não tem sido. Mesmo diante as inúmeras ações políticas e investimentos públicos, os imóveis residenciais não estão sendo tratados e cuidados como mereciam. Não somente por falta de ações de gestores do patrimônio, mas também por negligência dos proprietários.

As fotos tiradas durante a pesquisa de campo foram fundamentais para compor a ficha técnica e demonstrar esse resultado. Segundo Rios *et al* (2016, p. 100), “vem sendo desenvolvida uma “sociologia visual” centrada em recursos como a fotografia e o filme”, fazendo com que seja um recurso muito utilizado em pesquisas científicas. Então, para esse estudo, elas se tornam provas da realidade dos imóveis fechados e/ou vazios no centro histórico, já que um grande número destes se encontram deteriorados, em estado de conservação ruim, sem manutenção, o que se torna um grande problema para sua preservação. Assim, órgãos públicos como o IPHAN ficam cientes dos números e da situação para tomar as devidas atitudes seguindo normativas e até mesmo legislações, como o Decreto-Lei n 25/1937.

Quanto à importância da fotografia, Kossoy (2001, p. 36-37) afirma que a “imagem do real retida pela fotografia [...] fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena” e diz também que a imagem fotográfica pode ser vista como um “fragmento congelado de uma realidade passada”. Ou seja, o artefato fotográfico, segundo o mesmo autor, “através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica”, permitindo que a fotografia seja objeto de estudo com finalidade documental.

O visual e a imagem são responsáveis pela percepção espacial do local. Trabalhar a visualidade através das imagens em conjunto com a pesquisa escrita gera um resultado mais estruturado e com relevância maior, já que um se apoia no outro. Assim, a metodologia, a pesquisa bibliográfica e os dados obtidos são fundamentais na hora de analisar as fotografias feitas nessa pesquisa, para que não haja distorção e nem intencionalidades diferentes daquelas que se quer ter, o que muitas vezes acontece ao se selecionar memórias no centro histórico e definir cenários visuais.

As fotografias coletadas em campo fazem agora parte do acervo da pesquisa e podem ser utilizadas para comparativos em futuros estudos e como maneira de acompanhar os

cuidados e manutenção desses imóveis. Como exemplificação já neste relatório, seguem abaixo (figura 17 e 18) algumas fotos de residências em mau estado de conservação, presentes na Ficha Técnica:



Figura 17: Casa nº46 - Praça Dr. Brasil Ramos Caiado.

FONTE: fotografias feita pela autora, presente na Ficha Técnica (Access).



Figura 18: Casa nº6 - Praça Dr. Brasil Ramos Caiado.

FONTE: fotografias feita pela autora, presente na Ficha Técnica (Access).

Observando as fotos acima é possível identificar as principais patologias existentes nessas duas edificações, sendo elas: fissuras e rachaduras; mofo e fungos; umidade natural ou ascendente do solo; apodrecimento e ressecamento das estruturas de madeira; descolamento das camadas de pintura e reboco; biodegradação; vandalismo etc. São patologias que, muitas vezes, a olho nu, parecem inofensivas, mas que podem afetar a estrutura do imóvel.

Essa realidade, essas patologias, estão presentes nos diversos tipos de imóveis, não apenas nos inabitados e vazios, e é possível encontrar até mesmo edificações em plena utilização, com vivência diária, sem o menor cuidado e em péssimo estado de conservação. Mas

no caso desse relatório, foram catalogados apenas àqueles que fazem parte do tema da pesquisa, e o resultado de certa forma é preocupante.

É importante ter a ciência de que a manutenção periódica, o cuidado com o bem patrimonial é importante por atingir vários aspectos, tanto social, econômico quanto identitário. Se não houver consciência por parte desses proprietários, a chance de piora é grande, e os prejuízos também tendem a ser maiores.

A conservação dos monumentos históricos tem importância fundamental, devido resgatar e preservar a memória de uma nação.

A preservação de bens culturais consiste na manutenção sistemática, preventiva ou corretiva, sendo esta a melhor maneira de se preservar qualquer patrimônio, tombado ou não (CARVALHO, 2016, p. 17).

Foi visto, então, com o resultado da pesquisa acima, que o caso do centro histórico da cidade de Goiás vai além do que o processo de gentrificação engloba. Há uma singularidade que o torna peculiar diante da realidade de outros centros urbanos históricos. Somado aos valores simbólicos resguardados pelas famílias tradicionais, que não se desfazem do bem imóvel, há o vazio gerado pela revalorização dessas áreas, que adicionam valores de uso e consumo exacerbados, inviabilizando a habitabilidade local pela própria população vilaboense, e também a expansão territorial periférica desenfreada, conforme visto anteriormente.

2. PROPOSTA DO PRODUTO

Definiu-se como produto para esta pesquisa a construção de um Banco de Dados em que todas as informações coletadas em campo pudessem ser registradas. Para compreender esse produto é necessário primeiramente saber do que consiste um banco de dados.

Marins *et al* (2019, p. 10) define o Banco de Dados como:

- Coleção de dados relacionados que tem informação sobre algo do mundo real, por exemplo, lojas, escritórios, bibliotecas ou banco.
- Possui coerência lógica entre dados e significado.
- Um Banco de Dados sempre estará associado a aplicações onde existem usuários com interesse aos dados relacionados.

É um conjunto de arquivos armazenados que estão de alguma forma relacionados entre si, tendo determinada organização. Normalmente agrupa informações que são utilizadas para um mesmo fim. Segundo Fonseca (2020, p. 10). na “abordagem de banco de dados, um repositório único mantém os dados que são definidos apenas uma vez e acessados por uma variedade de usuários através de consultas e transações”.

Comparada a outros meios, a utilização de software de Banco de Dados como armazenamento de dados tem as suas vantagens. Marins *et al* (2019) diz que o Banco de Dados permite ter controle centralizado dos dados, facilitando o controle e acesso; permite a otimização e redução do espaço de armazenamento e facilita o compartilhamento de dados; facilita o acesso aos dados; permite que os dados sejam independentes para cada registro.

O recurso teve sua criação em 1960 e desde então tem evoluído bastante. Inicialmente, os bancos de dados eram inflexíveis e normalmente não permitiam múltiplos relacionamentos. A partir de 1980, os bancos de dados relacionais se tornaram populares. Com a expansão da internet, na década de 1990 surgiu o banco de dados SQL (Linguagem de Consulta Estruturada), que é uma linguagem de programação utilizada em quase todos os bancos de dados relacionais hoje em dia (ORACLE, 2021).

Há vários tipos de bancos de dados diferentes, em que cada um supre determinado tipo de necessidade. Dentre os principais temos (ORACLE, 2021):

- Banco de Dados Relacionais: possibilita organizar um conjunto de tabelas com colunas e linhas, fornecendo de maneira mais eficiente e flexível o acesso às informações.
- Banco de Dados Orientados a objetos: as informações são representadas na forma de objetos, como na programação orientada a objetos.
- Banco de Dados distribuídos: consiste em dois ou mais arquivos localizados em sites diferentes. O banco de dados pode ser armazenado em vários computadores, localizados no mesmo local físico ou espalhados por diferentes redes.
- Data Warehouses: é um repositório central de dados, tipo um banco de dados projetado especificamente para consultas e análises rápidas.
- Banco de Dados no NoSQL: um banco de dados não relacional; permitindo que os dados estruturados e semiestruturados sejam armazenados e manipulados. Os bancos de dados NoSQL se tornaram populares à medida que os aplicativos web se tornaram mais comuns e mais complexos.
- Bancos de dados gráficos: armazena dados em termos de entidades e os relacionamentos entre entidades.
- Banco de dados OLTP: é um banco de dados rápido e analítico projetado para um grande número de transações realizadas por vários usuários.

- Banco de dados geográficos: trata-se do Sistema de Informação Geográfico, um conjunto de sistemas de softwares e hardwares capazes de produzir, armazenar, processar, analisar e representar inúmeras informações sobre o espaço geográfico.

2.1 Os bancos de dados

Optou-se nesta pesquisa por adotar dois softwares diferentes de Banco de Dados: ArcGIS Map e Microsoft Access.



Figura 19: Logo dos Softwares de Banco de Dados: ArcGIS e MSAccess.
FONTE: montagem elaborada pela autora.

O ArcGIS é um sistema de informação geográfica (Geographic Information System- GIS ou SIG) utilizado para criar, gerenciar, compartilhar e analisar dados espaciais. Ou seja, é um software que permite a criação e utilização de mapas, analisar informações mapeadas, compilar dados geográficos, compartilhar e descobrir informações geográficas e gerir informações geográficas numa base de dados (Mapas Licenciamento, 2016). É um produto da empresa ESRI (*Environmental Systems Research Institute*), fornecedora internacional de sistemas de informações geográficas.

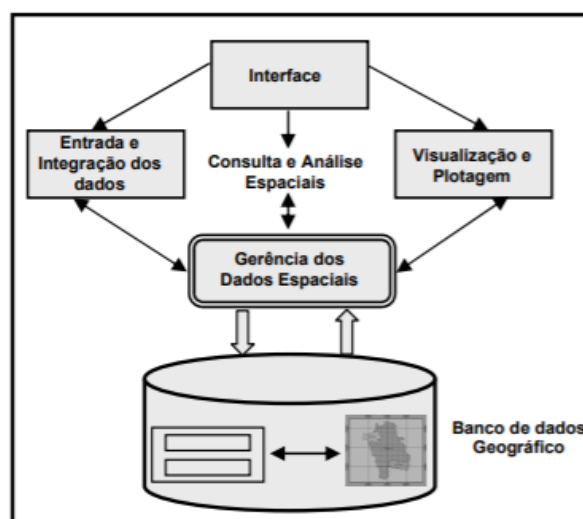


Figura 20: Arquitetura de um Sistema de Informações Geográficas.
FONTE: ASSAD e SANO (1998) (*apud SANTOS et al*, 2014).

A tecnologia GIS (figura 20) integra diferentes tipos de camadas de dados usando a localização espacial, já que a maioria dos dados tem um componente geográfico. Esses dados podem ser imagens, recursos, mapas base vinculados a planilhas e tabelas (ESRI).

Existe a possibilidade de usar o ArcGIS Online e o ArcGIS Desktop. Nessa pesquisa foi escolhido trabalhar com o ArcGIS Desktop, que possui vários aplicativos integrados ArcMap, ArcCatalog, ArcToolbox, ArcScene, ArcGlobe e ArcGIS Pro. O escolhido ArcMap permite que os usuários publiquem e gerenciem dados e mapas em conjunto com o ArcGIS Online.

O ArcMap é um aplicativo usado para visualizar, editar e consultar dados geoespaciais e criar mapas, por isso a escolha. Foi produzido nesse software um mapeamento dos imóveis residenciais fechados, para geolocalizá-los no todo (recorte espacial da pesquisa).

Para iniciar o desenvolvimento de qualquer projeto referente à criação do banco de dados é necessário abrir arquivos vetoriais (shapefiles), que são conhecidos também como dados vetoriais, já existentes, que sejam interligados com os dados que são inseridos. O dado vetorial é uma maneira de colocar os dados dentro do GIS, sempre representado por uma geometria. Por exemplo, tem disponível na internet os arquivos vetoriais do IBGE com diversas informações e dados das pesquisas desenvolvidas pela instituição.

No projeto desenvolvido (figura 21) como produto para essa pesquisa, foram utilizados arquivos/dados vetoriais do Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG) do Governo do Estado de Goiás e do IpeaGEO (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sendo eles: Localidades 2014 - perímetro urbano da Cidade de Goiás e GO Municípios 2020 - Estado de Goiás e todos os seus municípios.

A partir desse primeiro passo, é possível iniciar a criação de novos vetores (polígonos) que geram o banco de dados geográficos da pesquisa. Foram criados os seguintes dados vetoriais (shapefiles):

- Casas Fechadas
- Ruas Pesquisadas
- Usos- Equipamentos Urbanos
- Perímetro da Área Tombada
- Perímetro da Área de Entorno
- Polígono da pesquisa (recorte espacial)
- Perímetro Urbano da Cidade de Goiás

- Perímetro do Município de Goiás.

Utilizou-se também como base cartográfica o ortomosaico final gerado com fotografias aéreas obtidas com um VANT (soma de 5 sobrevoos), em julho de 2014, cobrindo todo o perímetro urbano da Cidade de Goiás fornecido pela Secretaria do Meio Ambiente Municipal, por ter uma qualidade visual melhor que o Basemap Imagery – própria do programa.

Todos os dados inseridos nesse projeto foram georreferenciados no Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SIRGAS 2000 Zona 22 S. Para melhor visualização, todos os mapeamentos feitos estão no apêndice no final do relatório.

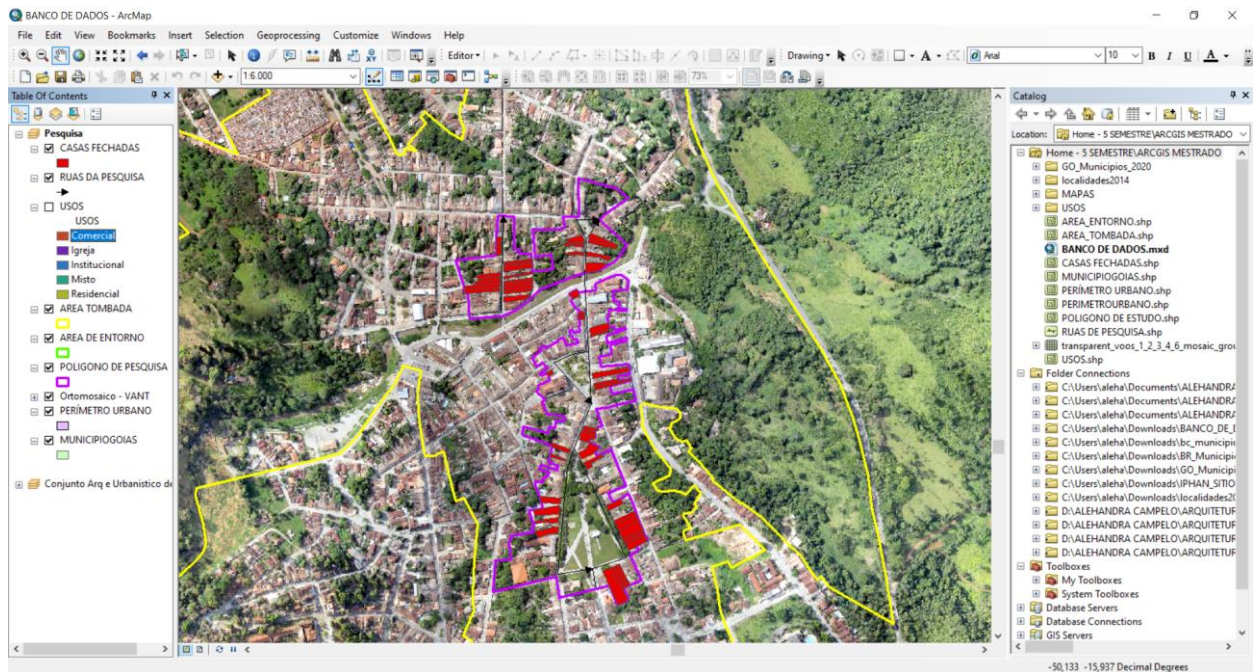


Figura 21: Janela aberta do Software ArcGIS com o projeto dessa pesquisa.

FONTE: CAMPELO, A.F (autora)

Quanto ao Microsoft Access (MSAccess), trata-se de um gerenciador de banco de dados (SGBD). Ele é parte do Microsoft Office Professional, que permite o desenvolvimento rápido de aplicações envolvendo tanto a modelagem e estrutura de dados como também a interface a ser utilizada pelos usuários. Trata-se de um Banco de Dados relacional em que é permitido relacionar os dados, efetuar consultas, gerar formulários e relatórios, fazer cálculos, entre outros.

O Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), é um software genérico que permite manipular Banco de Dados para diversas aplicações. Serve como uma interface entre o banco de dados e seus usuários finais ou programas (ORACLE, 2021). Ele permite que as informações possam ser recuperadas, adicionadas, atualizadas ou removidas de maneira automática.

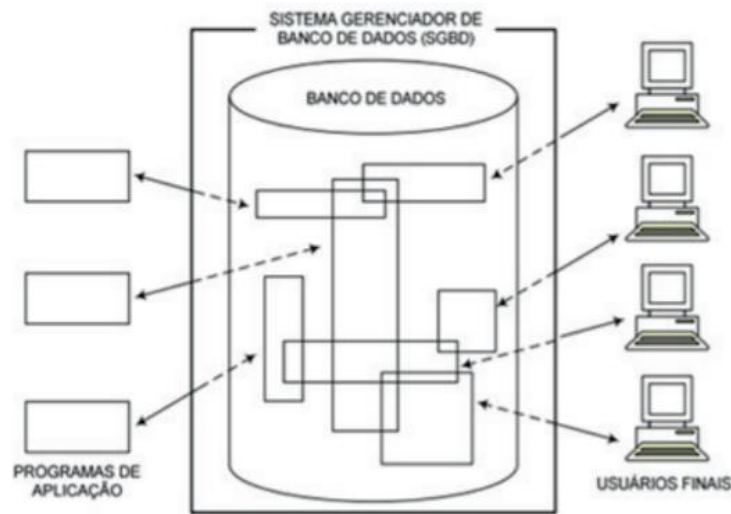


Figura 22: Representação de um sistema de banco de dados.
FONTE: Marins *et al* (2019).

O MSAccess fornece um meio de implementar no computador os bancos de dados já existentes, por isso é importante ter o planejamento do que será feito para não registrar dados desnecessários e sobrecarregar o produto.

Para começar a criar o Banco de Dados no MSAccess é necessário desenvolver uma tabela, que é um conjunto de dados/ registros sobre um tópico específico. Ou seja, a tabela é o principal meio de se cadastrar informações nesse software. Quando é criada mais de uma tabela, faz-se necessário relacioná-las, unir as tabelas através de um campo em comum entre elas, para assim conseguir, no final, criar um relatório.

Segundo a Fundação Bradesco (2010), a modelagem de dados é a maneira mais fácil de se organizar os dados e essa modelagem é composta pelas seguintes etapas:

- Definição da finalidade do banco de dados.
- Definição das tabelas e respectivos campos.
- Identificação dos campos de chave primária - um campo que contém um valor exclusivo e que servirá de ligação entre as tabelas.
- Definição dos relacionamentos entre as tabelas.
- Revisão da estrutura das tabelas.

Para a pesquisa deste relatório, o MSAccess foi utilizado na criação de um aplicativo (figura 23) com os dados coletados que pode gerar uma Ficha Técnica dos Imóveis Fechados/ Inabitados no Centro Histórico de Goiás-GO, referente aos imóveis localizados no recorte espacial da pesquisa. Ou seja, todas as informações colhidas no levantamento de dados

foram registradas em uma tabela e essa gerou um formulário. Os campos para preenchimento foram os seguintes:

- Endereço
- Número (imóvel)
- Cidade
- UF
- Geolocalização
- Estilo Arquitetônico
- Estado de Conservação
- Situação do Imóvel
- Aspectos Físicos e Patologias
- Anexos (fotografias)

Ficha Técnica dos Imóveis fechados/inabitados no Centro Histórico de Goiás-GO

Imoveis

PROMEP
Mestrado Profissional
em Estudos Culturais
Memória e Patrimônio

Câmpus
Cora Coralina

Universidade
Estadual de Goiás

FICHA TÉCNICA DOS IMÓVEIS FECHADOS/ INABITADOS NO CENTRO HISTÓRICO DE GOIÁS-GO

Imóvel	Endereço				
	Praça Dr. Brasil Ramos Caiado, Travessa Água Férrea, Qd.13, Centro, 76.600-000.				
	Número	Cidade	UF	Geolocalização	
	48	Goiás	GO	15°56'15.4"S/ 50°08'22.6"W	
Estilo Arquitetônico	Estado de Conservação	Situação do Imóvel			
Colonial	Bom	Imóvel residencial em bom estado de conservação, pertencente à família tradicional da cidade, porém se encontra inabitada, fechada.			
Aspectos Físicos e Patologias					
<input type="checkbox"/> Fissuras e rachaduras		<input type="checkbox"/> Apodrecimento/ ressecamento da madeira (esquadrias, cobertura)			
<input checked="" type="checkbox"/> Mofo, fungos (bolor)		<input type="checkbox"/> Empolamento das camadas de pinturas			
<input type="checkbox"/> Infiltração		<input type="checkbox"/> Descolamento das camadas de pinturas e rebocos			
<input type="checkbox"/> Erosão da alvenaria		<input type="checkbox"/> Eflorescência da superfície			
<input checked="" type="checkbox"/> Umidade natural ou ascendente		<input type="checkbox"/> Biodegradação (plantas, raízes ...)			
<input type="checkbox"/> Vandalismo					
					
					
					
Novo		Salvar		Excluir	
Imprimir		Atualizar			

Figura 23: Janela do aplicativo criado no MSAccess para inserir dados da pesquisa.
FONTE: CAMPELO, A.F.

Nele foram registrados os 56 imóveis inabitados detectados na pesquisa. Porém, com esse aplicativo do Access em mãos é possível seguir editando os dados da pesquisa conforme a necessidade para mantê-lo sempre atualizado.

Os dois Bancos de Dados- ArcGIS Map Package e o app Microsoft Access Database- serão disponibilizados através de um link do drive, em que poderão ser baixados, atualizados e utilizados no desenvolvimento de novos estudos. O formulário- Ficha Técnica dos Imóveis Fechados / inabitados no Centro Histórico da Cidade de Goiás- desenvolvido com os dados desse banco de dados está no mesmo link em PDF e também presente no apêndice desse relatório.

2.2 Público alvo

Tem-se como público alvo os gestores do patrimônio, os gestores públicos e privados, estudantes da área de Arquitetura e Urbanismo, assim como de patrimônio, e conseqüentemente, toda a população vilaboense. O objetivo é fornecer esses dados para que esses mesmos gestores possam definir estratégias mais assertivas na maneira de tratar e agir com relação a esse Patrimônio Mundial, e que os produtos gerados nessa pesquisa sejam usados como ferramentas de trabalho, pesquisa, controle, análise e gestão.

É necessário que a população também tenha acesso a essa pesquisa de alguma forma para que compreenda essa realidade do centro histórico de Goiás e quais as conseqüências que esse vazio habitacional pode gerar a longo prazo, principalmente no que tange à memória e à identidade.

A compreensão da relação dos vilaboenses, da comunidade, e dos gestores com seu centro histórico, para além do visual, daquilo que é visível, conhecendo as relações intrínsecas existentes nesse espaço urbano, é de extrema importância para despertar sentimentos de pertencimentos que se perderam ao longo do tempo, conseqüências de várias ações e acontecimentos, como foi visto nesse relatório, e assim possibilitar reverter a situação atual e aproveitar melhor o centro histórico da cidade.

Quanto aos estudantes, a pesquisa engloba várias áreas de conhecimentos (arquitetura, história, patrimônio, urbanismo...), podendo contribuir de muitas maneiras e com vários pesquisadores, porém por descrever um fenômeno urbano, uma problemática muitas vezes discutida em salas de aulas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo tenho como alvo principal alunos do mesmo curso da Regional da UFG pelo fato de vivenciarem a dinâmica urbana da cidade e por estarem inseridos nesse contexto patrimonial. No geral, estudantes são futuros profissionais com chance grande de atuarem em áreas urbanas e até mesmo em áreas

patrimoniais, como gestores ou atuando em outras áreas, e a pesquisa contribui para uma visão geral sobre esse fenômeno em diversas espacialidades.

2.3 O impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural

Muitos conseguem perceber que o centro histórico de Goiás se encontra com um grande déficit habitacional. Poucos são os que conseguem justificar corretamente por quê. Muitos são os que supõem, que imaginam, e essa pesquisa veio confirmar de fato qual é o problema gerador dessa situação: o vazio habitacional no centro histórico seria consequência da existência do processo de gentrificação na cidade pós titulação da UNESCO?

Espera-se que este trabalho sane dúvidas e fomente ações por parte dos gestores para que possam melhorar esse cenário. Ao mesmo tempo, espera-se que essa realidade e esse conhecimento gere o sentimento de apropriação novamente do centro por parte da população. O abandono compulsório e o afastamento do centro histórico afetam vários aspectos importantes para a preservação da memória e até mesmo das edificações tombadas, conforme visto. Engloba não só o caráter subjetivo, de memória e identidade, mas também afeta o caráter físico do patrimônio. O habitar o centro é necessário, por isso é tão citado nesse trabalho. Bógus *et al* (2016, p. 10) afirmou categoricamente:

Entende-se, por fim, que o que a habitação traz de relevante para os centros históricos, enquanto habitar, e não apenas como uso entre as funções da cidade ou como mercadoria valorizável no processo imobiliário especulativo é, precisamente, **a permanência das pessoas, a continuidade ou a constituição de cotidianos** e, assim, a possibilidade de formar as representações coletivas, instituir valores e ressignificar memórias. Ao mesmo tempo, a reutilização dos imóveis dos centros históricos, habitando-os e atualizando-os na sua capacidade de uso, qualifica a habitação, inserindo-a em um habitar, em um lugar especialmente qualificado que carrega memórias que instigam à construção de mecanismos de pertencimento e sociabilidade, fortalecendo identidades, a autoestima e a apropriação do processo histórico; dando-lhe prosseguimento, não como mera transmissão, mas como transformação da realidade urbana (realce pela autora).

Assim, políticas de gestão precisam ser aplicadas democraticamente à sociedade vilaboense. Calebre (2007, p. 13) afirmou que “a base de um novo modelo de gestão está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática” em que todos precisam ser ouvidos, e em que a população geral precisa compreender e viver o centro histórico, o que ele chamou também de democratização cultural, em que a sociedade produz bens e tem garantia da preservação da memória de seus diversos grupos, e não somente da elite.

Há também a possibilidade de se planejar, estudar e criar novas políticas patrimoniais que poderão contribuir com essa revitalização consciente do centro de Goiás. Trata-se de uma revitalização, em que, segundo Pelegrini (2009, p. 33), é “o processo que conjuga a reabilitação arquitetural e urbana dos centros históricos e a revalorização das atividades urbanas que acontecem lá”. E o centro de Goiás tem essa necessidade de uma economia voltada ao turismo sustentável (que é um trabalho a longo prazo), um patrimônio em que os habitantes locais são os verdadeiros protagonistas e tem a responsabilidade de transmitir a memória, por criar ali um ambiente real, com identidade e personalidade.

É fundamental favorecer a sustentabilidade além de suas limitações habituais, objetivando um desenvolvimento consciente, ativo e adequado, incorporando uma série de controles nos processos de designação e conservação, que deve começar por assegurar que as comunidades implicadas compreendam a significação e a importância de seu legado (MENDONÇA *et al*, 2010, p. 11).

Um patrimônio precisa ter políticas públicas que saibam trabalhar os três principais interesses: o centro histórico como patrimônio, a economia voltada ao turismo, e o centro como provedor de memória, mantendo vivo a habitabilidade local, suprimindo as necessidades e interesses da população e aberta ao público externo. Paes (2017) faz questão de se atentar que não basta reduzir as consequências do “selo” de Patrimônio Mundial da UNESCO ao desenvolvimento turístico. Na verdade, é preciso compreender que patrimônio, turismo e renovação são noções complementares de fenômeno social e precisam então ser tratadas por políticas integradas. Todos eles podem funcionar, podem dar certo, desde que sejam bem geridos, sustentavelmente.

Sant’Anna (2017, p. 154) diz que é importante fortalecer os organismos estaduais e municipais de preservação e que

No que toca especificamente à cidade-patrimônio, a superação do esteticismo e da visão histórica rasa da cidade-monumento, bem como do pragmatismo econômico-financeiro excludente da cidade- atração, será igualmente necessária, em favor de uma concepção mais próxima da noção de cidade-documento e do que ela implica em termos de valorização das funções cognitivas, memoriais, afetivas e sociais do patrimônio urbano.

A mesma autora pontua outros desafios: “Ampliar os canais de participação social nas operações de identificação, seleção, conservação e gestão da cidade-patrimônio [...] e investir seriamente no fortalecimento de usos habitacionais e outros ligados à vida cotidiana nessas áreas.” É preciso continuar a produção de história e memória desse local e manter as relações sociais ali, a vivência, a naturalidade das relações. Veloso (2006, p. 452) afirmou que “o patrimônio cultural não pode reduzir seu valor, seu sentido patrimonial aos objetos reduzidos (artefatos ou rituais). Em suma, é preciso evitar a armadilha do fetiche, a partir do qual se

personalizam relações entre coisas e se naturalizam relações sociais”, em que fetiche caracteriza exatamente essa transformação do patrimônio cultural em mercadoria de consumo com história rasa.

O acento na participação social é o recurso-chave para se evitarem os dois efeitos mais frequentes que Oriol Bohigas observa nas cidades ou bairros antigos: a sua conversão em “cidades-museu” — ou seja, ilustrações históricas de estruturas e formas que ficaram sem função — e em “cidades para snobs” — áreas apropriadas para uma elite de artistas, intelectuais, burgueses e sobretudo especuladores [...] (CANCLINI, 1994, p. 105).

O mesmo autor formulou três critérios bem interessantes de como orientar decisões diante dos conflitos gerados pelas transformações sociais nesse patrimônio:

a) preservação dos bens culturais nunca pode ser mais importante que a das pessoas que necessitam deles para viver; ao recuperar um centro histórico, a revalorização dos monumentos não deve pesar mais do que as necessidades habitacionais e simbólicas de seus habitantes, nem a política artesanal pode antepor a defesa dos objetos à dos artesãos; b) as soluções devem buscar um equilíbrio orgânico entre as tradições que dão identidade – a um bairro, aos produtores de artesanato - e as mudanças requeridas pela modernização; c) as políticas e as decisões sobre estes problemas devem ser tomadas em instâncias e com procedimentos que tornem possível a participação democrática dos produtores e usuários [...].

Considerando agora o contexto de políticas urbanas, Lucas (2021) deixa claro o quanto os gestores públicos falharam e continuam falhando também no que diz respeito ao planejamento urbano local. A própria falta de atualização do Plano Diretor de 1996 (sendo revisado atualmente, após mais de vinte anos), os altos valores das edificações do centro impostos pelos agentes imobiliários, o crescente interesse de empreendedores em avançar na periferia abrindo novos loteamentos, os grandes investimentos nas construções de edificações institucionais em locais afastados do centro histórico, contribuíram, e muito, para o esvaziamento dessa área central, seu despovoamento.

O espraiamento causado pelo aumento do perímetro urbano em descompasso com a dinâmica populacional do município causa, como já foi dito, o despovoamento do Centro Histórico. A alta oferta de terrenos grandes e baratos nas franjas da cidade - com rápido acesso de automóvel - é uma oportunidade buscada por diversos moradores em detrimento a casas antigas e de difícil manutenção no Centro Histórico e até de outros terrenos menores nos bairros consolidados. Há um grande número de lotes ainda não edificados e que já contam com boa parte de infraestrutura urbana instalada gerando altos custos à administração pública. Segundo levantamento feito pela prefeitura de Goiás a cidade tem 11.164 lotes, dos quais 3.152 estão vagos (28,2%) (LUCAS, 2021, p. 8).

Então, tudo depende de como o Centro de Goiás é administrado e tratado pelos gestores e moradores da cidade. Nesse sentido, todo o relatório, os dados e fotografias, devem ser utilizados como meio de estudo, de discussão e comparação futura. O registro da pesquisa se torna importante por isso. Dá abertura para que sejam tomadas providências e para que se tenha fontes para amparar novos estudos e soluções sobre a Cidade de Goiás e seu centro histórico.

Essa compreensão por parte dos gestores e da própria população só tende a ser positiva na preservação dos bens materiais e imateriais da Cidade de Goiás, ao mesmo tempo que permite planejamento de ações voltadas ao turismo e à economia. Toda a população tende a ganhar com um bem patrimonial bem gerido e cuidado.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS

Conforme abordado nos itens anteriores, grande parte da população que atualmente se encontra na margem, nos bairros periféricos, não se sente pertencente ao patrimônio histórico pelo fato de que foi construída uma memória coletiva seletiva, por se sentir desamparada e por vários outros motivos tão discutidos nesta pesquisa, e essa realidade também precisa ser alterada.

Parte considerável dos vilaboenses depende economicamente das atividades e do desenvolvimento turístico do centro histórico de Goiás, sendo um ponto interessante de ser utilizado como estratégia para atrair as pessoas e começar a resolver os problemas estruturais do centro (turístico, econômico, social, habitacional...).

Se a expulsão de moradores pobres, a cenarização e a turistificação foram recursos quase exclusivos das políticas públicas e das intervenções privadas em um primeiro momento, atualmente, valorizar os usos tradicionais, habitacionais e a permanência da população mostrou-se, na maior parte dos casos, como uma estratégia essencial para o desenvolvimento local, integrando a preservação do sítio histórico e arquitetônico à sua renovação urbana (PAES, 2017, p. 680).

A pesquisa traz dados e números que podem ajudar a buscar formas de reverter essa situação, ou pelo menos amenizar, por meio de políticas públicas e educação patrimonial. Afinal, sabe-se que sem o conhecimento, sem a informação, sem a comprovação de o que está acontecendo, nenhuma ação será planejada, e nenhuma atitude será tomada. Trata-se de um processo de mudança longo, mas que precisa iniciar de alguma forma.

O controle desses dados anualmente já seria uma possibilidade de monitoramento, e conseqüentemente daria base para geração de ações mais acertivas por parte dos gestores. Ou

seja, os produtos dessa pesquisa podem ser utilizados para fazer esse controle, conforme visto anteriormente.

Quanto a educação patrimonial, Dimenstein (2017) deixa claro o quanto o patrimônio cultural abrange um todo, não somente os bens físicos como as edificações, e que se faz necessário interligar os vários bens culturais e a vivência das pessoas da cidade, sendo uma estratégia interessante de ser abordada:

Nesse sentido, o patrimônio cultural de uma localidade não se restringe apenas aos bens edificados como acervos museológicos, arquivos ou monumentos, mas se expande para além dos muros de um espaço físico ou espaços territoriais como documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educacionais. Seus efeitos se potencializam quando consegue interligar os espaços tradicionais de aprendizagem aos equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças e parques, teatros e cinemas. Tornam-se também mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas às práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários (DIMENSTEIN, 2017, p. 19).

Confirmando assim, a real necessidade da abordagem do patrimônio pela educação. O sentimento de pertencimento só se torna real quando as pessoas compreendem a importância, a história e a memória ali geradas, e o quanto fazem parte desse bem que é e deve ser de todos.

3.1 Manual de uso

De acordo com o que foi visto no Item 2, foi produzido para esse trabalho dois bancos de dados, um geográfico e outro relacional. O objetivo é disponibilizá-los para que possam ser usados, estudados e atualizados sempre que necessário. É importante que essa pesquisa seja contínua para acompanhar a evolução dos dados colhidos.

O uso dos banco de dados implicam em um certo conhecimento dos softwares utilizados para que possam ser melhor aproveitados. Nada que seja muito difícil, já que a internet possibilita alçar novos aprendizados.

O banco de dados do ArcGIS Map foi publicado no ArcGis Online para que possa ser acessado facilmente. Há a possibilidade de download dos shapefiles desenvolvidos para novos estudos, ou é possível também editar, gerenciar e modificá-lo na própria plataforma online, necessitando apenas de criar uma conta no site. Será também disponibilizado online juntamente deste Relatório Técnico, o link do drive onde há o Package Map, ou seja, o “pacote de mapa (.mpk)” que é uma extensão de arquivo que facilita o compartilhamento de projetos completos, em que há todos os mapas e os dados referenciados por suas camadas.

Qualquer pessoa que queira utilizar os arquivos shapefiles desse banco de dados, conseguirá com o Package Map (mpk) disponibilizado, ou acessando ao link (URL) do site do ArcGis Online, basta pesquisar com o nome “Banco de dados imóveis fechados” ou acessando diretamente o link abaixo:

<https://www.arcgis.com/home/item.html?id=0c09e20782df486297166f916819fbfb> .

Quanto ao projeto de banco de dados criado no MSAccess: o aplicativo de Ficha Técnica dos Imóveis Fechados/inabitados no Centro Histórico de Goiás-GO, também será compartilhado no link do drive, em formato .accdb, possibilitando a execução em vários computadores, desde que tenham instalado o programa. Ademais, o formulário em PDF das fichas de todos os imóveis contabilizados e analisados nessa pesquisa, está publicado juntamente dess relatório técnico e também disponível no mesmo link, do drive para melhor visualização. Neste mesmo PDF do formulário, há também no final os mapas desenvolvidos no ArcGis.

3.2 Proposta de aplicação na comunidade participante

Os dois produtos podem ser utilizados tanto pelos gestores públicos/privados quanto pela própria comunidade, principalmente os estudantes acadêmicos da área de arquitetura e urbanismo, e da preservação. A ideia é que os dados geográficos possam ser utilizados em outros projetos que complementem este estudo aqui desenvolvido.

Tanto os gestores do patrimônio quanto os pesquisadores científicos podem utilizar o shapefiles das casas fechadas do polígono em estudo para desenvolver uma nova pesquisa contemplando agora todo o centro histórico de Goiás, para ter dados precisos quanto a essa problemática abordada aqui, além da possibilidade de outros novos estudos.

Ao mesmo tempo, o banco de dados do MSAccess permite incluir novas residências fechadas, excluir outras que já estão sendo habitadas, e permite preencher todas as lacunas nele existentes com os dados desses imóveis. O importante é procurar atualizar os dois bancos ao mesmo tempo sempre que nova informação for inserida para mantê-los compatíveis.

A proposta é disponibilizar esses bancos de dados, juntamente do relatório, na Secretaria da Cultura, na Secretaria do Turismo e Desenvolvimento Econômico e no Escritório Técnico do IPHAN na Cidade de Goiás.

3.3 Devolutiva para a comunidade

Assim como dito anteriormente, na política pública voltada para o patrimônio cultural, a participação social da comunidade também se torna importante para o

desenvolvimento de ações melhor planejadas, principalmente dando voz e visibilidade a grupos que foram silenciados durante muito tempo.

Canclini (1994, p. 106) afirma que uma política efetiva de preservação e desenvolvimento do patrimônio não dá certo caso “este não seja avaliado adequadamente pelo público dos museus e sítios arqueológicos, pelos habitantes dos centros históricos e receptores de programas educativos e de difusão”. Deixa claro também que a participação do público e dos usuários não substitui a

Problemática específica da valoração histórica e estética dos bens culturais, nem o papel do Estado ou dos historiadores, arqueólogos e antropólogos especializados na investigação e conservação do patrimônio, mas oferece outrossim uma referência - uma fonte de sentido - com o qual deveriam redefinir-se todas as tarefas para que se avance na democratização da cultura.

Inicialmente a ideia é divulgar e apresentar a pesquisa por meio de uma palestra aos gestores da cidade, estudantes e a comunidade. Espera-se que os dados resultantes desta pesquisa possam contribuir nas ações do poder público e privado, gerar novos estudos e ao mesmo tempo despertar o interesse da população na busca de conter uma futura gentrificação e suas consequências mais drásticas.

Pode-se também, além de tornar o relatório público, propor aos gestores a divulgação dos principais dados por meio de banners em pontos estratégicos da cidade, chamando a atenção da população para a real situação e os agravantes caso não haja ações. Sabe-se que nem toda a sociedade sente-se abraçada pelo centro ou pelas atrações que acontecem nele, porém, parte considerável dos vilaboenses dependem economicamente das atividades e do desenvolvimento turístico do centro histórico de Goiás, sendo um ponto interessante de ser utilizado como estratégia para atrair as pessoas e começar a resolver os problemas estruturais dessa área (turístico, econômico, social, habitacional...).

Se a expulsão de moradores pobres, a cenarização e a turistificação foram recursos quase exclusivos das políticas públicas e das intervenções privadas em um primeiro momento, atualmente, valorizar os usos tradicionais, habitacionais e a permanência da população mostrou-se, na maior parte dos casos, como uma estratégia essencial para o desenvolvimento local, integrando a preservação do sítio histórico e arquitetônico à sua renovação urbana (PAES, 2017, p. 680).

A intenção tem que ser de democratização social, participativa e inclusiva. Devolver o centro histórico para as pessoas, para os grupos diversos. Ir além do que chamamos de “pedra e cal”, dos monumentos e do fetichismo. Começar a perceber e ver as necessidades identitárias de cada um. Todos os vilaboenses são detentores de memória e estão diretas ou

indiretamente ligados ao desenvolvimento da Cidade de Goiás. Todos merecem e devem ser parte do centro histórico, pois todas as classes e todos os grupos são detentores do direito à cidade por inteiro. E trabalhando juntos com os gestores do patrimônio os resultados tendem a ser cada vez mais positivos. Não deve mais haver uma segregação espacial e social. Faz-se necessário o reconhecimento de toda a cidade e a união entre os diversos bairros existentes.

Tem-se, então, como devolutiva para a comunidade em geral, a oportunidade de conhecer esse problema urbano, sensibilizar o maior número de cidadãos sobre as consequências dele, pressionar órgãos e gestores para que algo seja feito, e assim se instalem novamente nesse espaço aqueles ora afastados. Que possam utilizá-lo e não mais vê-lo como parte “intocável” da cidade por conta de seu patrimônio, e sim parte importante de sua identidade e memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se em todo o relatório, principalmente levando em conta a teoria, que várias ações por parte dos gestores públicos e privados poderiam resultar no processo de gentrificação em Goiás, principalmente devido às várias similaridades com os exemplos de outros centros patrimoniais que passam por esse processo. A plasticidade do termo faz com que muitas de suas características possam ser comparadas com a atual situação socioespacial da cidade. O fato de ter se tornado Patrimônio Mundial, por ter tido momentos de requalificação, ações de restauração e até mesmo investimento na atividade turística e nos imóveis resultou na especulação de que a gentrificação estivesse presente nessa espacialidade entre os próprios gestores da cidade e discutida por alguns pesquisadores.

Porém, esta pesquisa mostra que a realidade do centro histórico de Goiás transpassa a realidade de centros gentrificados, como vem sendo discutido. Apesar da porcentagem consideravelmente alta de imóveis residenciais fechados e inabitados, os investimentos de políticas públicas patrimoniais, a busca pelo incentivo turístico e pelo mercado cultural e a alta no custo de vida e das edificações nesse tecido urbano, a realidade de Goiás é diferente da de outros centros preservados que passam pela problemática citada.

Conforme visto e comprovado com a pesquisa em campo, o vazio habitacional presente no centro histórico é justificado por vários motivos, sendo um deles de valor sentimental, em que o simbolismo do patrimônio, da identidade, prevalece em detrimento de valores econômicos. A exemplificação disso se dá pela permanência de residências entre a

própria família por décadas. Famílias tradicionais, que foram importantes na composição social da cidade.

Além disso, ficou visível que os equipamentos urbanos na área de estudo sofreram poucas alterações considerando o recorte temporal de 2001 até 2021, e que tem existido um crescimento urbano sem controle que dispersa a população residente na cidade, contribuindo também com o abandono do centro histórico e a baixa densidade demográfica.

Ou seja, por mais que haja políticas de revitalização e requalificação em Goiás, que exista um déficit habitacional no centro, por mais que tenha existido o “enquadramento da memória” (DELGADO, 2005), que Goiás seja um Patrimônio de carga mundial, não há características suficientes para concluir e afirmar a existência do processo urbano de gentrificação nesse centro histórico. Esse processo demanda de problemáticas que englobam mudanças urbanas e sociais mais severas, negativas em sua grande parte. Que bom que não é o caso do centro histórico de Goiás. Mas isso não significa que ele esteja isento de ser, um dia, reconhecido com espaço gentrificado.

Por isso a importância desta pesquisa e da necessidade de divulgação destes dados aqui relatados. Não está sendo sugerido mudar essa tradição secular das famílias tradicionais em manter o imóvel, até por ser elas muitas vezes responsáveis por sustentar ainda o centro histórico preservado em sua essência, mas há necessidade de avaliar, estudar e propor soluções que permitam revalorar e trazer a habitabilidade diária a esse local.

Considerando também a falta de compreensão da comunidade para com essa área sensível da cidade, a falta de identificação, do sentimento de pertencimento, os altos custos de compra, aluguel e de conservação do bem patrimonial, e o sentimento de desamparo, pode-se afirmar que, de certa forma, são consequências da falta de políticas públicas eficientes, sociais e sustentáveis por parte dos gestores.

Diferentemente do que se previa e desejava, a titulação de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001 pouco alterou na dinâmica econômica da cidade. O turismo não foi alavancado como se esperava, mesmo com o árduo trabalho dos gestores em devolver a todo custo a imagem, o visual colonial ao centro e em desenvolver vários aspectos culturais para atrair olhares externos.

Na verdade, a titulação da UNESCO acirrou a segregação social já existente em Goiás, porque mesmo que a comunidade tenha se sensibilizado em buscar esse reconhecimento, quando aconteceu, a forma em que as vantagens foram distribuídas foi desigual, e a maneira com que o poder público se apropriou dessa titulação também não foi positiva.

A pergunta que se tem é: como resolver essa realidade? Considerando a importância do aspecto cultural para os espaços preservados, a política pública voltada ao patrimônio pode agir para trabalhar o centro histórico como patrimônio, a economia voltada ao turismo como se deseja, e o centro como provedor de memória, raiz da identidade vilaboense.

A comunidade, como principal meio de preservação do centro, precisa ser amparada e precisa compreender a importância de Goiás para a história do Estado, sua importância como provedora de memória e a necessidade de sua proteção e preservação. E isso acontecerá principalmente via políticas públicas voltadas para o patrimônio. Ou seja, os gestores, sejam federais, estaduais ou municipais, precisam compreender também que sem a população local esse centro tão importante não tem validade alguma, a não ser mero “museu”, sem autenticidade, sem simbolismo e sem verdade.

Em momento algum foi desqualificada a função turística desse sítio histórico. Só se faz importante unir as diversas utilidades e usos de acordo com as necessidades dos principais usuários: a população da cidade, detentores de identidade e memória.

É preciso viver o centro histórico, voltar às residências, dissipar memórias, refazer o vínculo do indivíduo com sua identidade, criar afetividade, sentimento de pertencimento. Isso não se tange à população em geral, à diversidade, não às famílias selecionadas ou grupos específicos. Lembrando que é necessário rever valores, rever o mercado imobiliário, já que é um dos pontos que afastam a própria população: alto valor dos imóveis na área.

Assim, provavelmente, a quantidade de imóveis em ruínas, sem a devida manutenção e cuidado diminuiriam; o processo de gentrificação não se desenvolveria e a economia voltada ao turismo aconteceria de maneira sustentável, sem agredir o bem patrimonial e as pessoas que pertencem a esse bem.

O desenvolvimento capitalista é importante, o consumo cultural também implica na conservação do bem patrimonial. Porém, no aspecto urbano-social, a ocupação do centro aliada à sua preservação se torna algo mais valioso ainda, por isso a necessidade de atrair as pessoas para habitarem e para morarem nesses locais novamente.

Com esses dados e com esses produtos em mãos, a chance de planejamento e ação por parte dos poderes públicos tende a ser maior. O conhecimento gera ações mais eficazes capazes de contornar essa possibilidade de gentrificar esse espaço, e é com base nisso que esta pesquisa se torna tão importante para a Cidade de Goiás. Não adianta defender o “retorno ao centro” e a reinserção da população residente sem estruturá-lo para que isso aconteça.

REFERÊNCIAS

1. Listagem dos acervos e fontes

IGOT- Centros Históricos: Evolução de paradigmas e desafios futuros, Cap. II – Centros Históricos, II Parte – Enquadramento Temático e Metodológico, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3862/8/igotul000916_tm_3.pdf - Acesso em outubro de 2021.

BRASIL. **Decreto de lei nº 25/1937**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto%20no%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf). Acesso em: 02/06/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02/06/2020.

FOTOS PÚBLICAS. 19º edição de Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica). Disponível em: <https://fotospublicas.com/19a-edicao-festival-internacional-de-cinema-e-video-ambiental-fica/>. Acesso em: junho/2021.

FUNDAÇÃO BRADESCO. **Access Básico**. Apostila. 2010.

IBGE. **Cidade de Goiás**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>. Acesso em: janeiro/2021.

IPHAN/ Minc. **Dossiê - Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial**. 1999 (CD ROM).

IPEA. **Shapefiles**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/> . Acesso em: junho/2021.

MARINS, J.A.O; GUARIENTI, G.S.S. **Introdução a Banco de Dados**. Apostila do Ministério da Educação. Universidade Aberta do Brasil. Secretaria de Tecnologia Educacional - UFMG, 2019.

MAPAS LICENCIAMENTO. O que é o ArcGis e para que serve?. Disponível em: <https://mapasparalicenciamento.com.br/o-que-e-arcgis/>. Acesso em: julho/2021.

ORACLE. **O que é um Banco de Dados?**. Disponível em: <https://www.oracle.com/br/database/what-is-database/> . Acesso em: julho/2021.

SANTOS, A.R; EUGENIO, F.C et al. **ARCGIS 10.2.2 passo a passo**: elaborando meu primeiro mapeamento [recurso eletrônico] - Volume 1- Alegre: CAUFES, 2014.

UNESCO. **Carta do Restauo, 1972**. Disponível em: www.iphan.br , acesso em 01/2020.

SIEG. **Shapefiles**. Sistema Estadual de Geoinformação. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/siegdownloads/>. Acesso em: junho/2021.

2. Bibliográfica

BRAGA, E. O. Gentrificação. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). ISBN 978-85-7334-

299-4. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>. Acesso em: maio/2020.

BRITTO, Clovis Carvalho. A terceira margem do patrimônio: o Rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos-Revista do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História**, vol 18, n.3, Maringá, 2014.

BOAVENTURA, Deusa M.R. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP, São Paulo, 2007.

BÓGUS, L.M.M; SUSA, A.M.L. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Caderno Metrópole**. Vol.18, n.37. São Paulo, 2016.

BOTELHO, T.R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista Eure**, vol. XXXI, n°93, p. 53-71. Santiago de Chile, 2005.

CAMPELO, A.F; CARDOSO, D.S; SOUSA, T.P; JUNIOR, M.V.C. Memória, esquecimento e importância da Educação Patrimonial diante da tentativa do apagamento da cultura negra na destruição da Igreja do Rosário dos Pretos na cidade de Goiás-GO. In: **Memória e Patrimônio Cultural: interpretações, práticas e discursos sobre o passado**. Editora Inovar, 1 ed, cap.7, p. 86- 101. Campo Grande, 2021.

CHOAY,F. **A Alegoria do Patrimônio**. 1925. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4º ed.- São Paulo: Editora Fundação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.:il.

COELHO, G. N. **O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Ed. da UCG, Goiânia, 2001. Série Ensaio 3, 2008.

COSTA, J.R.C. **A requalificação urbana e a qualidade de vida: Centro Histórico de Trancoso**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, n°23, p. 94-115. Brasília, 1994.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: Patrimônio, Festa e Memórias**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 2005.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Política pública patrimonial em Goiás-GO- o Programa Monumenta/BID (1995 a 2013)**. Tese de doutorado- UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, J.S; ARAÚJO,R.S; G.M.S; S.T.R.S; S.T.H.S. **Identificação das Manifestações Patológicas do Palácio Episcopal de Caxias/MA**. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia CONTECC'2018. Maceió, 2018.

CARVALHO, Liliane, Zoch de. **Levantamento de manifestações patológicas de edificações do Patrimônio Cultural do Município de Alegrete-RS**. Trabalho de Conclusão de Curso- Engenharia Civil, UNIPAMPA, Alegrete, 2016.

CALEBRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Anais do III ENECULT: Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. UFBA: Salvador, 2007, p. 1-18.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n.23, p.113-143, Porto Alegre, 2005.

DIMENSTEIN, Dora. **Educação Patrimonial, Memória e Cidadania: A experiência dos professores de história da rede municipal de Jabotão dos Guararapes- PE**. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural). Recife, 2017.

FALCÃO, A.V; FARIAS, T.Q. Gentrificação de áreas históricas: desenvolvimento urbano e patrimônio cultural. **Revista Direito e Liberdade**, v.20, n.2, p.31-52. Natal, 2018.

FRAGA, A.D. **GOIÁS, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: aproveitamento socialmente compartilhado ou exclusão social?** Dissertação- UFG-GO. Goiânia, 2005.

FONSECA, G.H.G. **Fundamentos de Bancos de Dados**. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFOP- MG. Março, 2020.

GIACOMINI, F. C; PÓVOAS, R.H.C.F; **Os edifícios antigos de arquitetura corrente em centros históricos no contexto do patrimônio cultural: especificidades e condicionantes para projetos de intervenção arquitetônica**. Pós, v.18, n.29, p.174-195. São Paulo, 2011.

GOMIDE, C. H. **Antiga Vila Boa de Goiás-Experiências e Memórias na/da cidade patrimônio**. Tese de Doutorado (Programa de estudos Pós-graduados em História Social)-PUC-SP, São Paulo, 2007.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. 1945. Ed. Casa da Palavra. Tradução: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro, 2005.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2º ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEITE, R. Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidade brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n°72, fevereiro, 2010.

_____. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 2001.

LUCAS, Edinardo Rodrigues. **Cidade histórica de pequeno porte: desafios do planejamento urbano municipal**. 9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, regional, Integrado e Sustentável (PLURIS 2021 DIGITAL). 2021.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. **Viagem ao Araguaya**. “Edição definitiva.” [Publicação dirigida por José Couto de Magalhães e Couto de Magalhães Sobrinho.]. São Paulo. Espindola, Siqueira & Comp.,1902.

MENDONÇA, C.V; VIVANCO, G.M; TAVARES, G; FERRER, J.P. **Patrimônio da Humanidade: Uma Análise Comparativa de Centros Históricos**. 6º Semintur. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul- UCS, Caxias do Sul-RS, 2010.

MOTTA, L. THOMPSON, A. **Entorno de bens tombados**. Série Pesquisa e documentação do IPHAN, n°4. IPHAN/ DAF/ Copedoc. Rio de Janeiro, 2010.

NOBRE, E.A.C. **Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana no Pelourinho**. Paper (X Encontro Nacional da Anpur), 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Proj. História. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, C.F. **A Cidade de Goiás como Patrimônio Cultural: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação**. Tese de Doutorado- USP-SP, 2016.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. “Um dia a igreja cai”: a importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás. São Paulo, **Unesp**, v. 10, n.1, p. 28-47, janeiro-junho, 2014.

OLIVEIRA, Karine Camila. **Parâmetros urbanísticos e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2014.

PAES, M.T.D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp-Espaço e Tempo** (online), v.21, n.3, p.667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PAULUS, Wilson Clério. **Adaptação Estratégica voltada ao turismo cultural: o caso da Cidade de Goiás**. Dissertação de Mestrado. UniEVANGÉLICA, Anápolis, 2013.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. SP. Brasiliense, 2009.

POLLAK. Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-212. Rio de Janeiro, 1992.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RAMIRES, T.L; MORAES, L.M. Os desusos do patrimônio edificado na Cidade de Goiás. **Enciclopedia Biosfera- Centro Científico Conhecer**, v.15, n.28, p.1445. Goiânia, 2018.

RANGEL, N.F.A. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos NAUI**. Vol. 4, n° 7, jul-dez, 2015.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, vol 10, n°3. ISSN 2317-7721, p. 1134-1356, 2018.

RIOS, S. O; COSTA, J.M.A; MENDES, V.L.P.S. **A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa**. Discursos fotográficos, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, jan./jul. 2016. DOI10.5433/1984-7939.v12, n.20, p98, 2016.

SANT’ANNA. Marcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. In: SCHLLE, A. R. IPHAN 1937–2017. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 35, 2017, p.139-155.

SANTOS, A.A.M; GONÇALVES, M.R.F; BOJANOSKI, S.F. Políticas Públicas de Preservação: Instituições, Personalidades e Salvaguarda do Patrimônio Documental da Arquitetura no Brasil. In F.F. Michelonet al, (Orgs.) **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SILVA, J.R; JUNIOR, L.R; FERREIRA, M.E; VIEIRA, P.A; **Análise Morfométrica do Perímetro Urbano de Goiás/Rio Vermelho com Dados obtidos por VANT's**. INPE: Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 2015.

SILVA, G.P; FERETTI, S.F; SETTE, E. Gentrificação e Políticas de Revitalização nos centros históricos do Brasil: processos que levam ao déficit habitacional. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 12, n. 2, p/ 83-91. UFM, São Luis do Maranhão, 2008.

SMITH, N. (1979a). Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. **Journal of the American Planning Association**, n. 45, pp. 538-548.

_____. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração”urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUCARACHARIASEN, C. (Coord). **De volta à cidade- dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. P.59-87.

TAMASO, Izabela Maria. **Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB. Orientador: Klaas Axel Anton Wessel Woortmann. 2007.

_____. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... (Laudos Culturais dos Antropólogos Inventariantes). **Soc. E Cult.**, vol.8, dez. 2007.

_____. “Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou”. In: LIMA FILHO, M., ECKERT, C. & BELTRÃO, J. (eds.): **Antropologia e Patrimônio: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra. 2007a.

TAVARES, Francine Morales. Ações e Políticas Públicas referentes ao Patrimônio Cultural edificado na cidade de Pelotas. In F.F. Michelonetal, (Orgs.) **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

TEDESCO, G.V.L. **Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: Fronteiras Culturais e Espaciais entre negros e brancos no século XIX**. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

_____. “Preferências e Possibilidades de Consumo em Goiás nos Séculos XVIII e XIX.” Dissertação de Mestrado. UFG-GO, 2000.

TEIXEIRA, Ana Beatriz, DUTRA E SILVA, Sandro, DARC BERNARDES, Genilda. **Patrimônio Cultural e Turismo Sustentável: Expectativas e Percepções na Gestão turística da Cidade de Goiás**. Tourism & Management Studies. vol. 1, p. 17-30. Universidade do Algarve Faro, Portugal, 2012.

VELOSO, Mariza. O fetiche do Patrimônio. **Habitus**, v.4, n.1, p. 437-454. Goiânia, 2006.

VELOSO, S.C.B; **Visualidades: memória e cultura visual**. 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios”. Bahia, 2010.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A.A. (Org). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000, p. 80-103.

APÊNDICE

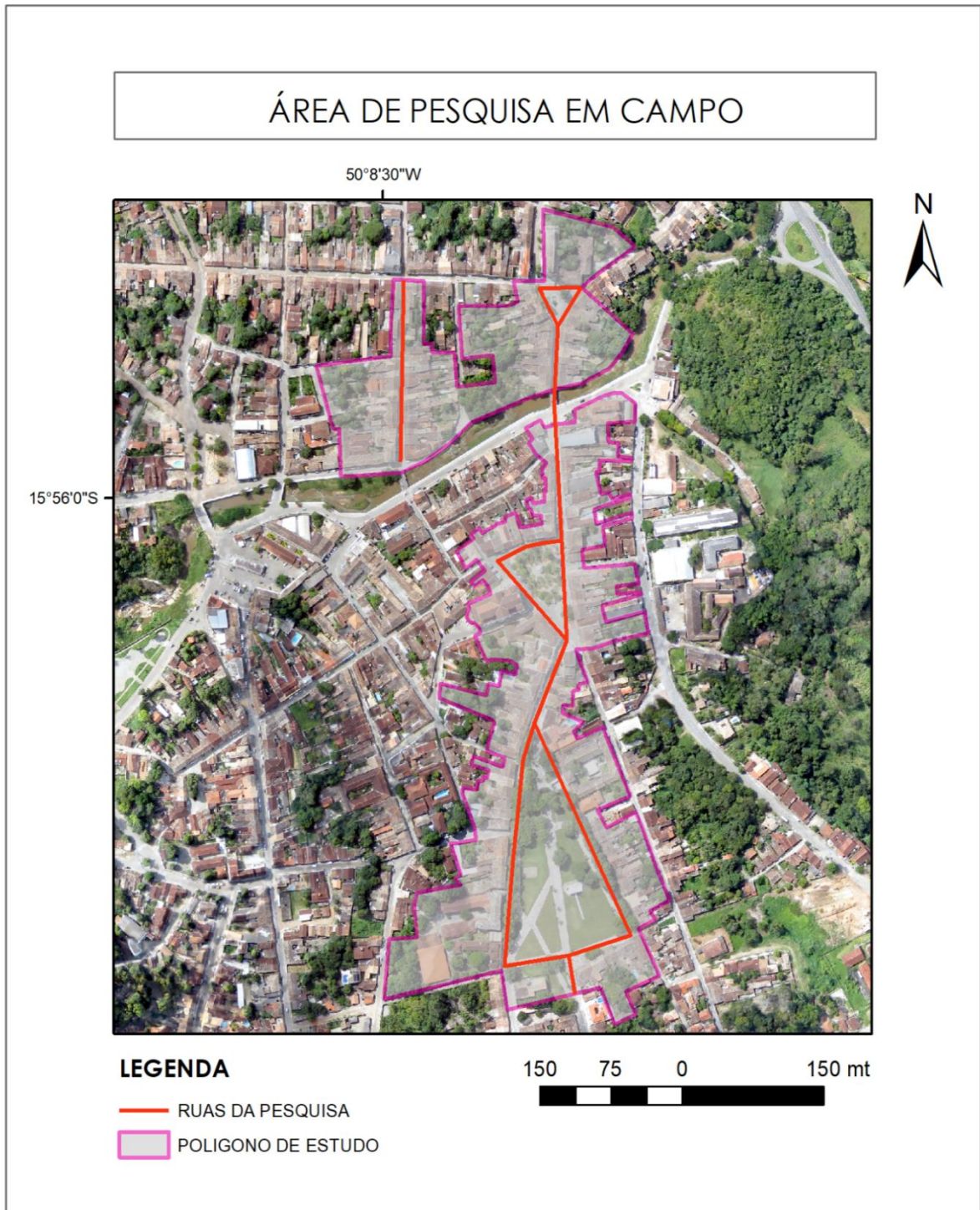


Figura 22: mapa com o polígono de pesquisas e as ruas delimitadas.

FONTE: ArcGIS Map- Alehandra Campelo.

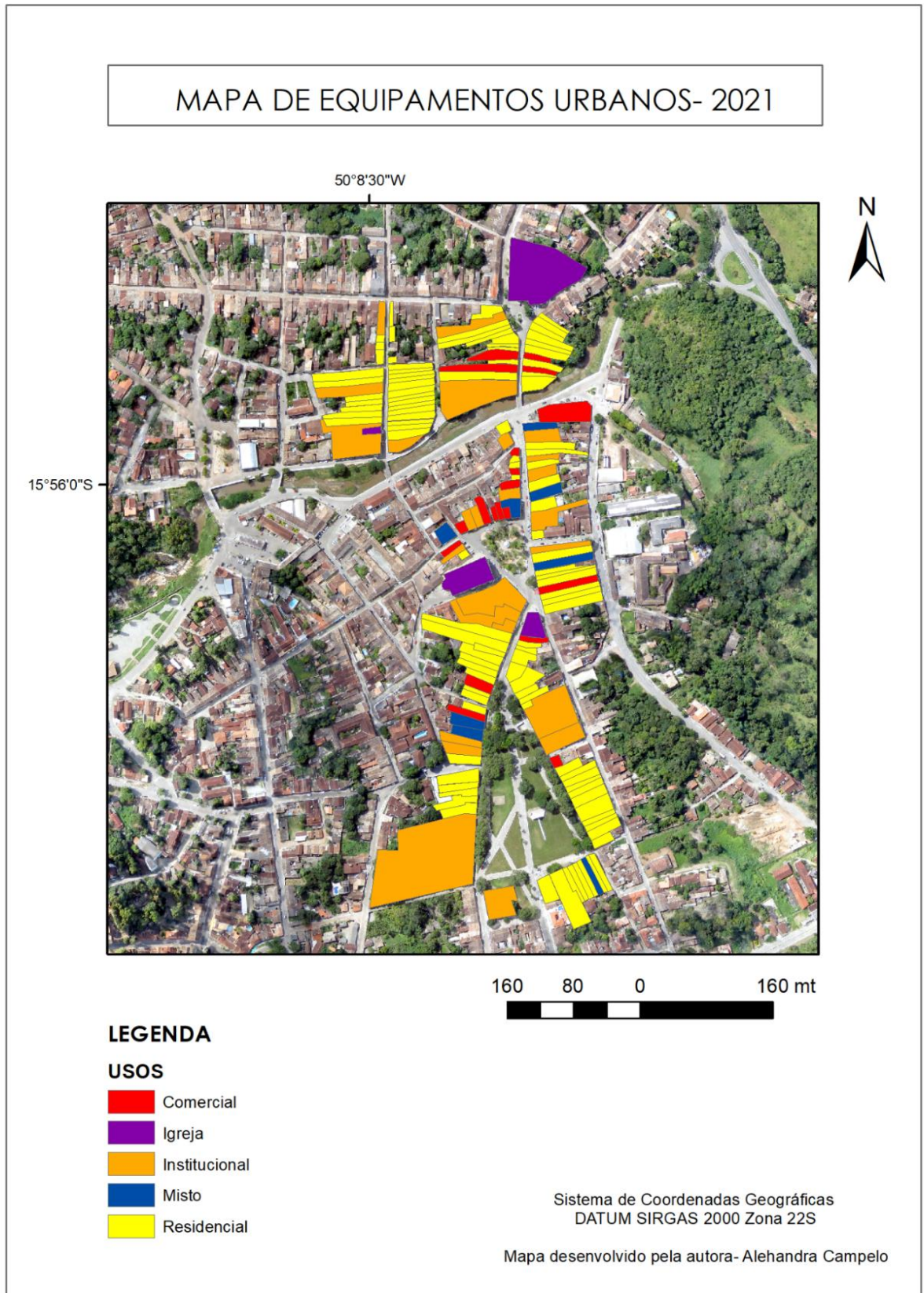


Figura 23: Mapa de Equipamentos Urbanos- USO- 2021.
FONTE: ArcGIS Map- Alehandra Campelo

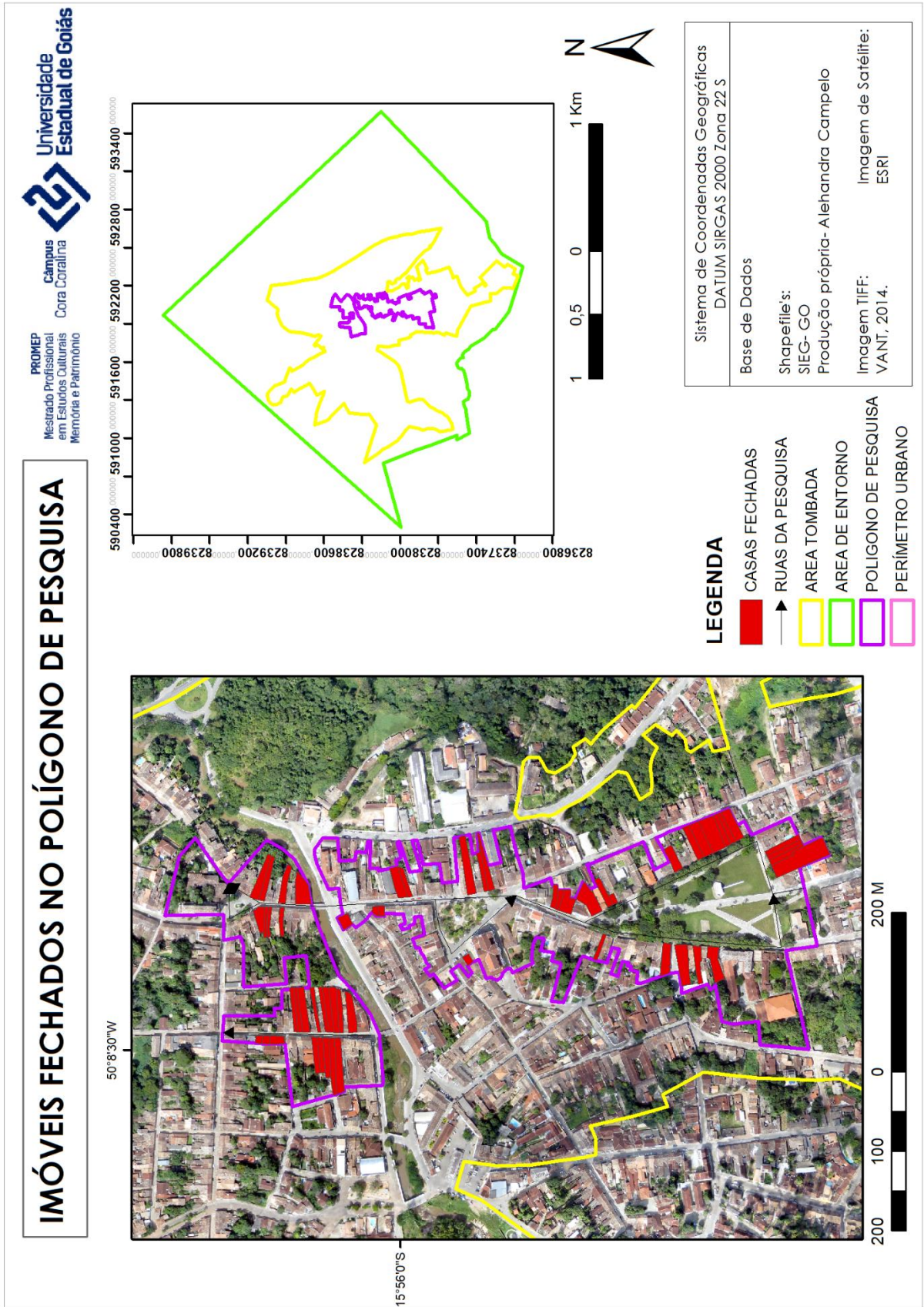


Figura 24: Mapa com os Imóveis fechados no polígono de estudo.
FONTE: ArcGIS Map- Alehandra Campelo